

Ata nº. 040/CI/2018. Aos dezessete do mês de abril de 2019, às 10:00h, na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Queimados, deu-se início à reunião Ordinária do Comitê de Investimentos. O Coordenador do Comitê Sr. Marcelo da Silva Fernandes agradeceu a presença de todos os presentes sr<sup>ª</sup>. Camilla de Moura Brum, Sr. Luis Antônio da Silva Melo e o Sr. Elizeu da Rocha Farias, obedecendo aos termos do artigo 11 do Regimento Interno do Comitê de Investimentos, começou a reunião, passando à ordem do dia expondo a pauta 1. **Alteração/atualização da Política de investimentos de 2019** pauta: 2. **Atualizações de investimentos** 3. **Publicação de portaria na nova gestão 2019/2021.** 4. **Certificações.** Deu inicio à reunião, passando diretamente ao item 2, informando o saldo atual da carteira, que partiu de R\$ 85.904.136,61 (Oitenta e cinco milhões, novecentos e quatro mil cento e trinta e seis reais e sessenta e um centavos ) da competência de fevereiro 2019 para o valor de R\$ 87.036.187,15 (Oitenta e sete milhões, trinta e seis mil, cento e oitenta e sete reais e quinze centavos) competência março 2019, podendo ser acompanhado tal informação junto às fls. 02 do relatório de março de 2019, obtendo um acréscimo de R\$ 1.132.050,50 (Um milhão cento e trinta e dois mil cinqüenta reais e cinqüenta centavos). Adentrou-se ao item 4, sendo falado sobre a necessidade dos membros do comitê de atualizarem os certificados APIMEC/AMBIMA, posto que passíveis de desequadramento caso, estejam com seus certificados desatualizados. Pelo Coordenador, foi dito que já deveria ter ocorrido a publicação da nova composição da gestão 2019/2021, sendo certo que em próxima reunião apresentaria comprovação do mesmo. Por último, o Coordenador do Comitê adentrou ao item 1 e, apresentou parecer técnico emitido pela empresa de consultoria financeira acerca de solicitação de possibilidade/necessidade de adequação/atualização da Política de Investimentos de 2019 pelos argumentos apresentados no ofício nº. 066/PREVIQUEIMDOS/2019. Passando então à leitura da minuta contendo as novas atualizações da Política de Investimentos devidamente adequadas às normativas, especificamente aos termos da Resolução nº. 4695 com inclusão do art. 9º. E, tal inclusão, afetou diretamente 1 fundo existente na composição da carteira de investimentos da PREVIQUEIMADOS(CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL 1 FI AÇÕES). Aproveitando o ensejo de tal inclusão entendeu-se também aproveitar a oportunidade e atualizar alguns poucos parâmetros no quadro de alocações estratégicas, visto que quando da elaboração da primeira política de investimentos(já aprovada inclusive pelo conselho administrativo), a mesma não havia contemplação de informações a respeito da concretização do resultado do pleito presidencial. Por fim o Comitê de Investimentos, resolveu aprovar por UNANIMIDADE as alterações apresentadas nos moldes do da alocação estratégica da NOVA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS que segue anexa à presente ata.

Marcelo da Silva Fernandes  
PREVIQUEIMADOS  
Diretor Presidente  
Mat. 710614

Grazielly Castelo Souza  
Diretora Previdenciária  
PREVIQUEIMADOS  
Mat. 2015-4

Camilla de Moura Brum  
PREVIQUEIMADOS  
Mat. 17717

Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião às 11:40, eu, Grazielly Castelo Souza, lavrei a presente ata e para constar vai assinada por mim e pelos demais presentes.

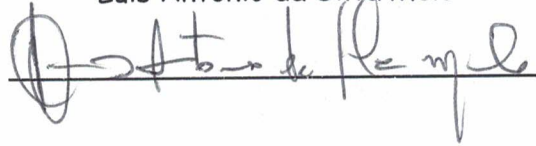
Marcelo da Silva Fernandes

PREVIDENCIÁRIA  
Diretor Previdenciário  
Março/2014

Camilla de Moura Brum

PREVIDENCIÁRIA  
PREVIDENCIÁRIA  
PREVIDENCIÁRIA

Luis Antônio da Silva Melo

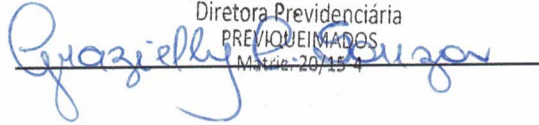


Elizeu da Rocha Farias



Grazielly Castelo Souza

PREVIDENCIÁRIA  
Diretora Previdenciária  
PREVIDENCIÁRIA  
Março/2014



# Relatório Analítico dos Investimentos em fevereiro de 2019



Carteira consolidada de investimentos - base (fevereiro / 2019)

Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Qtde. Cotistas	% S/ PL Fundo	RESOLUÇÃO
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	1.073.647,42	1,25%	226	0,06%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	3.071.345,58	3,58%	762	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	4.929.953,59	5,74%	751	0,05%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	3.835.147,46	4,46%	799	0,05%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	Não há	6.705.362,32	7,81%	1.463	0,04%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IMA-8 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	9.916.412,02	11,54%	538	0,21%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IDKA2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	2.377.209,06	2,77%	800	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	Não há	6.667.977,34	7,76%	301	0,51%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BRADESCO IDKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA	D+0	Não há	2.379.978,70	2,77%	72	0,62%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IMA-3+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+2	Não há	678.341,49	0,79%	227	0,05%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	D+1	Não há	4.522.351,10	5,26%	93	0,65%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IMA-8 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	8.370.135,01	9,74%	212	0,76%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5	D+1	Não há	7.091.084,35	8,25%	86	1,09%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
TOWER IMA-B 5 FI RENDA FIXA	D+1471	Não há	872.198,58	1,02%	31	0,23%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0	Não há	387.349,35	0,45%	405	0,01%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FI IMA-B 5	D+1471	Não há	269.858,37	0,31%	26	0,33%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RENDA FIXA	D+0	Não possui	6.897.353,30	8,03%	387	0,17%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	D+4	Não há	3.760.998,55	4,38%	64	1,26%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA	D+1	Não há	5.623,56	0,01%	84	0,00%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
MASTER II FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	Não se aplica	Não se aplica	6.981,69	0,01%			Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " a "
PREMIUM FIDC SÊNIOR	Não se aplica	Não se aplica	2.013.031,07	2,34%	98	2,14%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " a "
SECURITY FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP	D+90 ou D+150 a D+450	18 meses	764.024,46	0,89%	14	8,35%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "

Carteira consolidada de investimentos - base (fevereiro / 2019)

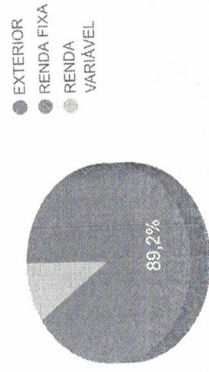
Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Qtde. Cotistas	% S/ PL Fundo	RESOLUÇÃO
BRADESCO SELECTION FIAÇÕES	D+4	Não há	1.087.246,67	1,27%	180	0,18%	3.922 / 4.392 / 4.604
ECO HEDGE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LP	D+4382	Não há	0,01	0,00%		-0,00%	Artigo 8º, Inciso II, Alínea " a "
BRADESCO PLUS I FI MULTIMERCADO	D+0	Não há	944.584,51	1,10%	18	2,81%	Artigo 8º, Inciso III
CONQUEST EMPRESAS EMERGENTES FIP - FCCQ11	Não se aplica	Não se aplica	3.047.997,82	3,55%			Artigo 8º, Inciso III
ÁQUILA FII - AQLL 11	Não se aplica	Não se aplica	3.149.059,25	3,67%		7,73%	Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " a "
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FIAÇÕES	D+4	Não há	1.078.883,98	1,26%	69	0,25%	Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " b "
<b>TOTAL -</b>			<b>85.904.136,61</b>				Artigo 9º - A, Inciso III

Enquadramentos na Resolução 3.922/2010, 4.392/2014 e Política de Investimentos - base (fevereiro / 2019)

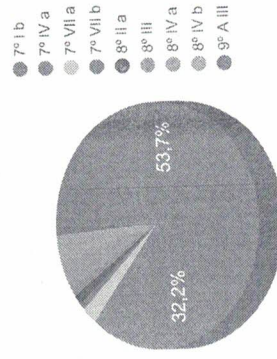
Artigos - Renda Fixa	Resolução %	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 7, Inciso I, Alínea "b"	100,00%	46.157.726,08	53,73%	15,00%	25,00%	70,00%	13.975.169,55
Artigo 7, Inciso III, Alínea "a"	60,00%	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	60,00%	51.542.481,97
Artigo 7, Inciso IV, Alínea "a"	40,00%	27.654.601,07	32,19%	10,00%	30,00%	40,00%	6.707.053,57
Artigo 7, Inciso VII, Alínea "a"	5,00%	2.020.012,76	2,35%	2,00%	4,00%	5,00%	2.275.194,07
Artigo 7, Inciso VII, Alínea "b"	5,00%	764.024,46	0,89%	0,00%	1,00%	5,00%	3.531.182,37
Artigo 8, Inciso II, Alínea "a"	20,00%	1.087.246,67	1,27%	2,00%	10,00%	20,00%	16.093.580,65
Artigo 8, Inciso III	10,00%	944.584,52	1,10%	2,00%	10,00%	10,00%	7.645.829,14
Artigo 8, Inciso IV, Alínea "a"	5,00%	3.047.997,82	3,55%	2,00%	5,00%	5,00%	1.247.209,01
Artigo 8, Inciso IV, Alínea "b"	5,00%	3.149.059,25	3,67%	2,00%	5,00%	5,00%	1.146.147,58
Artigo 9 - A, Inciso III	10,00%	1.078.883,98	1,26%	0,00%	0,00%	0,00%	-1.078.883,98
<b>Total Carteira</b>		<b>85.904.136,61</b>					

EXTERIOR	1.078.883,98	1,26%
RENDA FIXA	76.596.364,37	89,16%
RENDA VARIÁVEL	8.228.888,26	9,58%

Distribuição por Segmento



Distribuição por Artigo / Resolução



Estratégia de Alocação para os Próximos 5 Anos

Artigos - Renda Fixa	Base: fevereiro / 2019		Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
	Carteira (\$)	Carteira (%)		
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	46.157.726,08	53,73%	15,00%	70,00%
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "	0,00	0,00%	5,00%	60,00%
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	27.654.601,07	32,19%	10,00%	40,00%
Artigo 7º, Inciso VI, Alínea " a "	0,00	0,00%	0,00%	15,00%
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " a "	2.020.012,76	2,35%	2,00%	5,00%
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	764.024,46	0,89%	0,00%	5,00%
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " c "	0,00	0,00%	0,00%	5,00%
Artigo 8º, Inciso II, Alínea " a "	1.087.246,67	1,27%	2,00%	20,00%
Artigo 8º, Inciso III	944.584,52	1,10%	2,00%	10,00%
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " a "	3.047.997,82	3,55%	2,00%	5,00%
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " b "	3.149.059,25	3,67%	2,00%	5,00%
Artigo 9º - A, Inciso III	1.078.883,98	1,26%	0,00%	0,00%
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>85.904.136,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>40,00</b>	<b>240,00</b>

Enquadramentos na Resolução 4.604 por Gestores - base (fevereiro / 2019)

Artigo 14º - O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, assim definido pela CVM em regulamentação específica. (NR)

Gestão	Valor	% s/ Carteira	% s/ PL Gestão
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	27.591.693,65	32,12%	0,01%
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	26.847.194,13	31,25%	0,00%
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	21.342.097,58	24,84%	0,00%
AQ3 ASSET MANAGEMENT	3.149.059,25	3,67%	23,05%
ROMA ASSET	3.047.997,82	3,55%	0,91%
FINAXIS CORRETORA	2.013.031,07	2,24%	0,06%
Elleven Gestora de Recursos	1.142.056,95	1,33%	8,35%
SECURITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS	764.024,46	0,89%	
BRASIL PLURAL	6.981,70	0,01%	0,00%



Retorno dos investimentos de Renda Fixa e Benchmark's - base (fevereiro / 2019)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	Var - Mes	Volatilidade - 12 meses
CDI + 3,50% ao ano	0,77%	1,62%	2,40%	4,82%	10,13%	24,14%	-	-	-
MASTER II FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	0,97%	-2,01%	-1,92%	-13,01%	-31,68%	-24,66%	0,20%	-	-
101,50% do IPCA + 5,75% ao ano									
PREMIUM FIDC SÊNIOR	0,75%	1,43%	1,91%	3,65%	8,17%	15,74%	-	-	-
	-0,17%	-0,31%	-0,46%	-1,25%	-4,90%	-10,89%	0,15%	0,030%	0,76%
IMA-B 5+									
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,55%	7,20%	9,21%	21,43%	17,23%	29,86%	-	-	-
	0,46%	7,07%	9,04%	21,18%	16,87%	28,91%	0,20%	3,726%	8,02%
IMA-B									
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	0,55%	4,94%	6,67%	15,14%	14,11%	26,50%	-	-	-
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA	0,52%	4,88%	6,58%	14,93%	13,70%	25,45%	0,20%	2,412%	5,55%
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,52%	5,01%	6,80%	15,56%	14,01%	26,36%	0,20%	2,481%	5,81%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,52%	4,89%	6,54%	14,98%	13,89%	26,11%	0,30%	2,408%	5,50%
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,52%	4,93%	6,64%	15,10%	13,92%	26,03%	0,20%	2,409%	5,55%
	0,50%	4,87%	6,57%	14,95%	13,78%	25,82%	0,20%	2,433%	5,52%
IMA-B 5									
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,55%	2,09%	3,49%	7,79%	10,10%	23,00%	-	-	-
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5	0,52%	2,06%	3,47%	7,74%	9,90%	22,57%	0,20%	0,793%	3,06%
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FI IMA-B 5	0,49%	2,07%	3,47%	7,82%	9,81%	22,63%	0,20%	0,874%	3,20%
	0,22%	1,53%	0,61%	1,37%	-11,42%	-3,74%	0,70%	0,649%	8,53%
TOWER IMA-B 5 FI RENDA FIXA	0,08%	0,25%	0,80%	2,52%	-19,59%	-14,52%	0,70%	0,638%	14,59%

Retorno dos Investimentos de Renda Fixa e Benchmark's - base (fevereiro / 2019)

	Mes	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	Var - Mes	Volatilidade - 12 meses
IDKA IPCA 2 Anos	0,53%	1,80%	3,07%	6,69%	10,19%	23,90%	0,20%	0,641%	2,35%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,61%	1,83%	3,07%	6,58%	9,55%	22,05%	0,20%	0,632%	2,36%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,56%	1,83%	3,01%	6,51%	9,63%	22,15%	0,20%		
Selic	0,49%	1,04%	1,54%	3,07%	6,41%	15,95%	0,20%	0,005%	0,01%
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,48%	1,02%	1,51%	3,03%	6,28%	16,24%			
CDI	0,49%	1,04%	1,54%	3,07%	6,41%	15,93%	1,00%	0,049%	21,16%
SECURITY FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP	0,30%	0,61%	0,93%	-19,86%	-18,05%	-15,37%			
IRF-M 1	0,47%	1,05%	1,61%	3,73%	6,88%	17,40%			
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,45%	1,02%	1,57%	3,66%	6,71%	17,04%	0,20%	0,083%	0,55%
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,45%	1,00%	1,55%	3,63%	6,62%	16,90%	0,20%	0,086%	0,55%
IPCA	0,43%	0,75%	0,90%	1,63%	3,89%	6,85%	0,002	2,407%	2,44%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RENDA FIXA	0,50%	3,40%	4,77%	7,64%	9,66%	20,69%	0,40%	1,062%	2,87%
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	0,42%	2,39%	3,65%	8,63%	9,67%				
IDKA PRÉ 2 ANOS	0,31%	1,62%	3,30%	8,94%	11,04%	27,18%	0,20%	0,971%	3,33%
BRADESCO IDKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA	0,25%	1,54%	3,22%	8,78%	10,61%	26,09%			
IRF-M 1+	0,23%	1,94%	3,90%	11,79%	11,24%	27,06%			

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS  
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - 28/02/2019

Retorno dos Investimentos de Renda Fixa e Benchmark's - base (fevereiro / 2019)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	Var - Mês	Volatilidade - 12 meses
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,21%	1,87%	3,76%	11,88%	10,98%	26,37%	0,20%	1,337%	4,73%

Retorno dos investimentos de Renda Variável e Benchmark's - base (fevereiro / 2019)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	VaR - Mês	Volatilidade - 12 meses
IPCA + 8,00% ao ano	1,05%	2,05%	2,83%	5,52%	12,20%	24,51%	-	-	-
ECO HEDGE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LP	5,57%	12,86%	15,21%	33,50%	95,78%	-101,06%	0,12%	1,576%	11,94%
IFIX	1,03%	3,53%	5,83%	13,80%	5,33%	20,00%	-	0,000%	-
AQUILLA FII - AQLL11	-7,78%	6,41%	6,41%	18,07%	-2,35%	-17,84%	1,50%	0,000%	41,15%
CDI	0,49%	1,04%	1,54%	3,07%	6,41%	15,93%	0,50%	0,288%	0,62%
BRADESCO PLUS I FI MULTIMERCADO	0,37%	1,01%	1,53%	3,74%	6,39%	16,14%	-	-	-
Ibovespa	-1,86%	8,76%	6,79%	24,66%	11,99%	43,39%	-	-	-
BRADESCO SELECTION FI AÇÕES	-1,06%	4,77%	5,03%	23,56%	15,04%	55,25%	1,50%	10,298%	21,03%
Não definido	-	-	-	-	-	-	0,30%	-	-
CONQUEST EMPRESAS EMERGENTES FII - FCCQ11	-	-	-	-	-	-	-	-	-

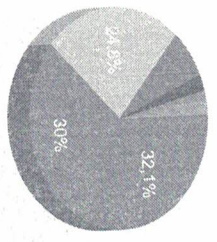
Retorno dos investimentos no Exterior e Benchmark's - base (fevereiro / 2019)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS  
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - 28/02/2019

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	VAR - Mes	Volatilidade - 12 meses
Global BDRX	5,96%	6,73%	-1,52%	-11,92%	19,14%	47,52%	-	-	-
CAXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I FIÇÕES	5,80%	6,50%	-1,82%	-12,21%	17,20%	43,17%	0,70%	4,768%	18,28%

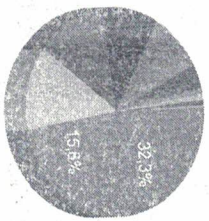
Distribuição dos ativos por Administradores e Sub-Segmentos - base (fevereiro / 2019)

Administrador	Valor	%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	27.591.693,65	32,12%
BANCO BRADESCO	25.759.947,46	29,99%
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	21.342.097,58	24,84%
Foco DTVM	6.197.057,07	7,21%
FINAXIS Corretora	2.013.031,07	2,34%
Um Investimentos	1.142.056,95	1,33%
BEM DTVM	1.087.246,67	1,27%
BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS	764.024,46	0,89%
Geração Futuro	6.981,69	0,01%
Única Administradora	0,01	0,00%



- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- BANCO BRADESCO
- BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM
- Foco DTVM
- FINAXIS Corretora
- Um Investimentos
- BEM DTVM
- BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
- Geração Futuro
- Única Administradora

Sub-segmento	Valor	%
IMA-B	27.744.475,28	32,30%
IRF-M 1	13.373.339,66	15,57%
IMA-B 5	11.304.486,88	13,16%
GESTÃO DURATION	10.658.351,85	12,41%
IDKA IPCA 2A	8.592.335,22	10,00%
FUNDO IMOBILIÁRIO	3.149.059,25	3,67%
FIP	3.047.997,82	3,55%
FIDC - FECHADO	2.020.012,76	2,35%
AÇÕES - LIVRES	1.087.246,67	1,27%
BDR NIVEL 1	1.073.547,42	1,25%
IRF-M 1+	944.534,52	1,10%
MULTIMERCADO	764.024,46	0,89%
CREDITO PRIVADO	678.341,49	0,79%
IMA-B 5+	387.349,35	0,45%
CDI		

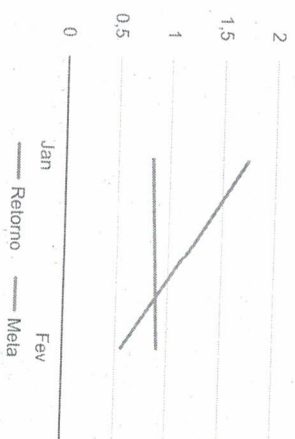
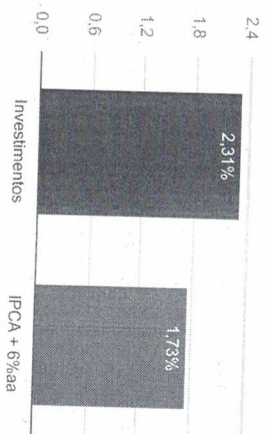


- IMA-B
- IRF-M 1
- IMA-B 5
- GESTÃO DURATION
- IDKA IPCA 2A
- FUNDO IMOBILIÁRIO
- FIP
- FIDC - FECHADO
- AÇÕES - LIVRES
- BDR NIVEL 1
- IRF-M 1+
- MULTIMERCADO
- CREDITO PRIVADO
- IMA-B 5+
- CDI

Retorno e Meta Atuarial acumulados no ano de 2019

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (\$)	Retorno (%)	Meta (%)	Gap (%)	VAR (%)
Janeiro	78.828.877,72	1.233.485,47	1.621.374,10	79.813.128,50	1.372.139,41	1,74%	0,83%	209,31%	1,92%
Fevereiro	79.813.128,50	10.743.516,43	10.644.425,35	80.356.708,12	444.488,54	0,56%	0,90%	62,11%	1,51%
Acumulado no ano					1.816.627,95	2,31%	1,73%	132,97%	

Acumulado no Ano



Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de fevereiro / 2019

Ativos de Renda Fixa	Sado Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	VAR - Mes (%)	Instituição(%)
MASTER II FIDC MULTISSETORIAL SENIOR	6.914,84	0,00	0,00	6.981,69	66,85	0,97%	-	-
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	812.019,99	2.240.392,92	0,00	3.071.345,58	18.932,67	0,62%	0,79%	0,52%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.362.872,98	0,00	0,00	2.377.209,06	14.336,08	0,61%	0,64%	0,61%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	3.850.501,92	0,00	36.786,82	3.835.147,46	21.432,36	0,56%	0,63%	0,56%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FI RENDA FIXA	5.594,44	0,00	0,00	5.623,56	29,12	0,52%	2,48%	0,52%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RENDA FIXA	6.862.948,32	0,00	0,00	6.897.353,30	34.404,98	0,50%	2,41%	0,50%
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	9.867.427,08	0,00	0,00	9.916.412,02	48.984,94	0,50%	2,43%	0,50%
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5	7.056.671,66	0,00	0,00	7.091.084,35	34.412,69	0,49%	0,87%	0,49%
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	385.483,12	0,00	0,00	387.349,35	1.866,23	0,48%	0,01%	0,48%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	675.228,47	0,60	0,00	679.341,49	3.113,02	0,46%	3,73%	0,46%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	3.910.957,12	591.402,47	0,00	4.522.351,10	19.991,51	0,44%	2,41%	0,52%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	7.485.713,63	0,00	813.330,78	6.706.362,82	22.979,50	0,44%	0,08%	0,45%
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	7.259.290,69	0,00	623.259,39	6.657.977,34	31.946,03	0,44%	0,09%	0,45%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	4.001.364,66	907.491,75	0,00	4.929.953,59	21.097,18	0,43%	2,41%	0,52%
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	3.745.296,23	0,00	0,00	3.760.998,55	15.702,32	0,42%	1,06%	0,42%
SECURITY FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP	761.701,54	0,00	0,00	764.024,46	2.322,92	0,30%	0,05%	0,30%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.682.289,99	0,00	4.695.300,51	0,00	13.010,52	0,28%	0,08%	0,44%
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,00	8.347.253,61	0,00	8.370.135,01	22.881,40	0,27%	2,41%	0,52%
BRADESCO IDKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA	2.374.064,98	0,00	0,00	2.379.978,70	5.913,72	0,25%	0,97%	0,25%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	3.643.135,51	0,00	3.651.953,10	0,00	8.817,59	0,24%	0,01%	0,48%
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.071.395,98	0,00	0,00	1.073.647,42	2.251,44	0,21%	1,34%	0,21%
CAIXA MEGA FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	2.236.648,31	0,00	2.240.392,72	0,00	3.744,41	0,17%	0,01%	0,47%



Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de fevereiro / 2019

Ativos de Renda Fixa	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	VAR - Mês (%)	Instituição(%)
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FI IMA-B 5	269.572,22	0,00	0,00	269.898,37	286,15	0,11%	0,65%	0,22%
TOWER IMA-B 5 FI RENDA FIXA	871.470,07	0,00	0,00	872.198,58	728,51	0,08%	0,64%	0,08%
PREMIUM FIDC SÊNIOR	2.016.394,99	0,00	0,00	2.013.031,07	-3.363,92	-0,17%	0,03%	-0,17%
<b>Total Renda Fixa</b>					<b>355.888,22</b>	<b>0,47%</b>	<b>1,42%</b>	

Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de fevereiro / 2019

	Ativos de Renda Variável	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Var - Mês (%)	Instituição (%)
	AQUILLA FII - AOLL11	3.078.212,46	0,00	0,00	3.149.059,25	70.846,79	2,30%	0,00%	-7,78%
	BRADESCO PLUS I FII MULTIMERCADO	941.137,69	0,00	0,00	944.584,51	3.446,82	0,37%	0,29%	0,37%
	ECO HEDGE FII MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LP	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00%	1,58%	5,57%
	CONQUEST EMPRESAS EMERGENTES FII - FCCQ11	3.048.759,25	0,00	0,00	3.047.997,82	-761,43	-0,02%	-	-
	BRADESCO SELECTION FII AÇÕES	1.098.885,98	0,00	0,00	1.087.246,67	-11.639,31	-1,08%	10,30%	-1,08%
	<b>Total Renda Variável</b>				<b>61.892,87</b>	<b>61.892,87</b>	<b>0,76%</b>	<b>2,21%</b>	

Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de fevereiro / 2019

Ativos de Investimentos no Exterior	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Var - Mês (%)	Instituição(%)
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	1.019.756,75	0,00	0,00	1.078.883,98	59.127,23	5,80%	4,77%	5,80%
			Total Exterior		59.127,23	5,80%	4,77%	



Relatório Analítico dos Investimentos  
em março e 1º Trimestre de 2019

---



Carteira consolidada de investimentos - base (março / 2019)

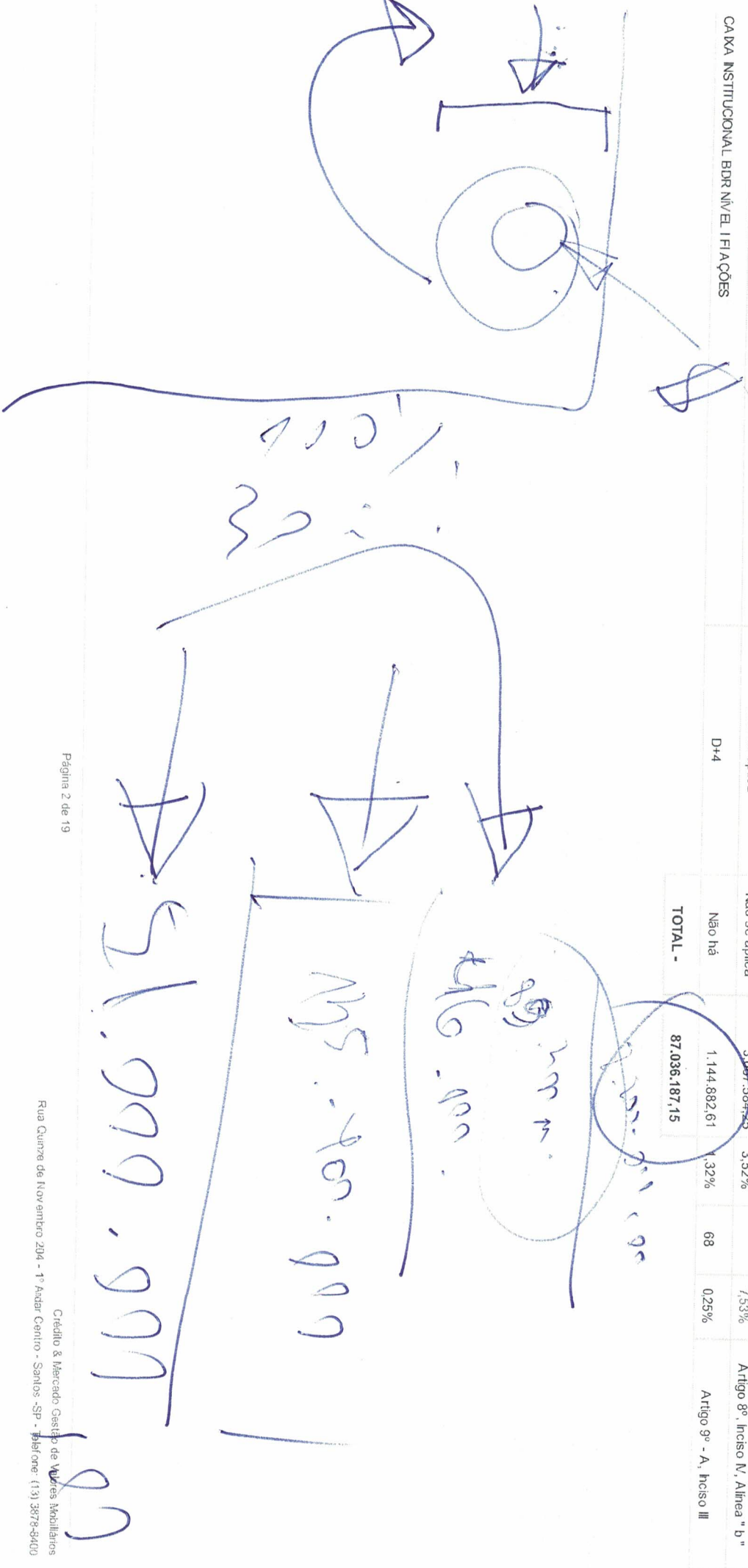
Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Qtde. Cotistas	% S/ PL Fundo	RESOLUÇÃO
CAIXA BRASIL RF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	1.080.005,93	1,24%	233	0,05%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL MA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	3.094.824,60	3,56%	782	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL MA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	5.884.469,96	6,76%	777	0,06%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL DKA FCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	3.823.296,09	4,39%	830	0,05%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	Não há	5.914.098,00	6,79%	1.454	0,04%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB DKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	2.392.674,54	2,75%	819	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB MA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	9.971.796,89	11,46%	547	0,20%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BRADESCO RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	Não há	5.942.908,23	6,83%	295	0,46%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB MA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+2	Não há	681.150,95	0,78%	245	0,05%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BRADESCO DKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA	D+0	Não há	2.392.998,12	2,75%	78	0,58%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BRADESCO INSTITUCIONAL MA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	D+1	Não há	6.000.001,03	6,89%	94	0,85%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB MA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	8.416.022,52	9,67%	219	0,71%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FI MA-B 5	D+1471	Não há	262.481,37	0,30%	26	0,33%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	D+4	Não há	3.779.449,51	4,34%	78	1,00%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
TOWER MA-B 5 FI RENDA FIXA	D+1471	Não há	847.190,55	0,97%	31	0,23%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIA DO DI	D+0	Não há	389.160,09	0,45%	399	0,01%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RENDA FIXA	D+0	Não possui	6.934.914,85	7,97%	416	0,16%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
BRADESCO INSTITUCIONAL MA-B FIC RENDA FIXA	D+1	Não há	5.652,34	0,01%	87	0,00%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA MA-B 5	D+1	Não há	7.143.110,04	8,21%	90	1,09%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
MASTER II FIDC MULTISSETORIAL SENIOR	Não se aplica	Não se aplica	6.484,58	0,01%		1,10%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "a"
PREMIUM FIDC SENIOR	Não se aplica	Não se aplica	2.009.803,57	2,31%	98	2,14%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "a"
SECURITY FI RENDA FIXA REFERENCIA DO DI CRÉDITO PRIVADO LP	D+90 ou D+150 a D+450	18 meses	766.295,96	0,88%	14	8,35%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"





Carteira consolidada de investimentos - base (março / 2019)

Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carencia	Saldo	Particip. S/ Total	Qtde. Cotistas	% S/ PL Fundo	RESOLUÇÃO
BRADESCO SELECTION FIAÇÕES	D+4	Não há	1.089.824,08	1,25%	187	0,18%	Artigo 8º, Inciso II, Alínea "a"
ECON HEDGE FIMULTMERCADO CRÉDITO PRIVADO LP	D+4382	Não há	0,01	0,00%	5	-0,00%	Artigo 8º, Inciso III
BRADESCO PLUS I FIMULTMERCADO	D+0	Não há	948.193,10	1,09%	17	3,07%	Artigo 8º, Inciso III
CONQUEST EMPRESAS EMERGENTES FIP - FOCO11	Não se aplica	Não se aplica	3.046.913,38	3,50%			Artigo 8º, Inciso IV, Alínea "a"
AQUILA FII - AQUILL11	Não se aplica	Não se aplica	3.057.554,25	3,52%		7,53%	Artigo 8º, Inciso V, Alínea "b"
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FIAÇÕES	D+4	Não há	1.144.882,61	1,32%	68	0,25%	Artigo 9º - A, Inciso III
<b>TOTAL -</b>			<b>87.036.187,15</b>				



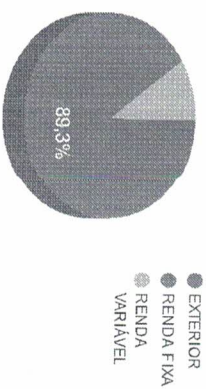


Inquadramentos na Resolução 3.922/2010, 4.392/2014 e Política de Investimentos - base (março / 2019)

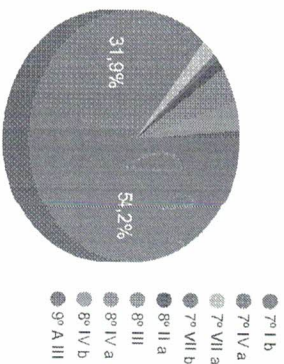
Artigos - Renda Fixa	Resolução %	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	100,00%	47.178.224,34	54,21%	15,00%	25,00%	70,00%	13.747.106,67
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "	60,00%	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	60,00%	52.221.712,29
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	40,00%	27.777.981,27	31,92%	10,00%	30,00%	40,00%	7.036.493,59
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " a "	5,00%	2.016.288,15	2,32%	2,00%	4,00%	5,00%	2.335.521,21
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	5,00%	766.295,96	0,88%	0,00%	1,00%	5,00%	3.585.513,40
Artigo 8º, Inciso II, Alínea " a "	20,00%	1.089.824,08	1,25%	2,00%	10,00%	20,00%	16.317.413,35
Artigo 8º, Inciso III	10,00%	948.193,11	1,09%	2,00%	10,00%	10,00%	7.755.425,61
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " a "	5,00%	3.046.913,38	3,50%	2,00%	5,00%	5,00%	1.304.895,98
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " b "	5,00%	3.067.584,25	3,52%	2,00%	5,00%	5,00%	1.284.225,11
Artigo 9º - A, Inciso III	10,00%	1.144.882,61	1,32%	0,00%	0,00%	0,00%	-1.144.882,61
<b>Total Carteira</b>		<b>87.036.187,15</b>					

EXTERIOR	1.144.882,61	1,32%
RENDA FIXA	77.738.789,72	89,32%
RENDA VARIÁVEL	8.152.514,82	9,37%

#### Distribuição por Segmento



#### Distribuição por Artigo / Resolução





estratégia de Alocação para os Próximos 5 Anos

Artigos - Renda Fixa	Base: março / 2019			
	Carteira (\$)	Carteira (%)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	47.178.224,34	54,21%	15,00%	70,00%
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "	0,00	0,00%	5,00%	60,00%
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	27.777.981,27	31,92%	10,00%	40,00%
Artigo 7º, Inciso VI, Alínea " a "	0,00	0,00%	0,00%	15,00%
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " a "	2.016.288,15	2,32%	2,00%	5,00%
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	766.295,96	0,88%	0,00%	5,00%
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " c "	0,00	0,00%	0,00%	5,00%
Artigo 8º, Inciso II, Alínea " a "	1.089.824,08	1,25%	2,00%	20,00%
Artigo 8º, Inciso III	948.193,11	1,09%	2,00%	10,00%
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " a "	3.046.913,38	3,50%	2,00%	5,00%
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " b "	3.067.584,25	3,52%	2,00%	5,00%
Artigo 9º - A, Inciso III	1.144.882,61	1,32%	0,00%	0,00%
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>87.036.187,15</b>	<b>100,00%</b>	<b>40,00</b>	<b>240,00</b>



Inquadramentos na Resolução 4.604 por Gestores - base (março / 2019)

Artigo 14º - O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, assim definido pela CVM em regulamentação específica. (NR)

Gestão	Valor	% s/ Carteira	% s/ PL Gestão
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	27.876.492,04	32,03%	0,01%
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	27.691.296,54	31,82%	0,00%
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	21.461.644,90	24,66%	0,00%
AQ3 ASSET MANAGEMENT	3.067.584,25	3,52%	31,18%
ROMA ASSET	3.046.913,38	3,50%	0,90%
FNA.XIS CORRETORA	2.009.803,57	2,31%	-
Elleven Gestora de Recursos	1.109.671,92	1,27%	0,06%
SECURITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS	766.295,96	0,88%	8,35%
BRA.SL PLURAL	6.484,59	0,01%	0,00%





Retorno dos Investimentos de Renda Fixa e Benchmark's - base (março / 2019)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	Var - Mês	Volatilidade - 12 meses
101,50% do FCA + 5,75% ao ano	1,06%	2,51%	2,51%	3,93%	8,86%	16,25%	-	-	-
PREMIUM FIDC SÊNIOR	-0,16%	-0,47%	-0,47%	-1,18%	-4,61%	-10,62%	0,15%	0,053%	0,65%
IMA-B 5	0,78%	2,90%	2,90%	7,68%	9,19%	22,26%	-	-	-
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,76%	2,85%	2,85%	7,64%	9,00%	21,82%	0,20%	1,209%	3,07%
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5	0,73%	2,82%	2,82%	7,69%	8,82%	21,76%	0,20%	1,326%	3,22%
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FI IMA-B 5	-2,85%	-1,36%	-1,36%	-1,81%	-14,88%	-7,62%	0,70%	6,464%	9,30%
TOWER IMA-B 5 FI RENDA FIXA	-2,87%	-2,63%	-2,63%	-0,62%	-22,86%	-17,38%	0,70%	5,537%	14,96%
FCA	0,75%	1,51%	1,51%	1,90%	4,58%	7,38%	-	-	-
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RENDA FIXA	0,54%	3,96%	3,96%	7,52%	8,97%	19,63%	0,002	4,048%	3,33%
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	0,49%	2,89%	2,89%	8,63%	8,96%	-	0,40%	1,751%	2,99%
CDI + 3,50% ao ano	0,73%	2,36%	2,36%	4,82%	10,03%	23,35%	-	-	-
MASTER II FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	-7,12%	-8,99%	-8,99%	-22,08%	-35,79%	-22,48%	0,20%	-	-
DIKA FCA 2 Anos	0,67%	2,48%	2,48%	5,97%	9,19%	22,74%	-	-	-
CAIXA BRASIL DIKA FCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,66%	2,50%	2,50%	5,99%	8,71%	21,23%	0,20%	0,932%	2,35%
BB DIKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,65%	2,49%	2,49%	6,03%	8,65%	21,14%	0,20%	0,893%	2,35%
RF-M 1+	0,63%	2,58%	2,58%	10,76%	10,21%	25,80%	-	-	-
CAIXA BRASIL RF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,59%	2,48%	2,48%	10,96%	9,94%	25,21%	0,20%	2,267%	4,88%



Retorno dos investimentos de Renda Fixa e Benchmarks - base (março / 2019)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	VAR - Mês	Volatilidade - 12 meses
MA-B	0,58%	5,54%	5,54%	15,99%	13,71%	25,92%	-	-	-
CAIXA BRASIL MA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,56%	5,52%	5,52%	15,95%	13,52%	25,44%	0,20%	4,050%	5,97%
BB MA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,56%	5,46%	5,46%	15,78%	13,40%	25,24%	0,20%	4,049%	5,94%
BRADESCO INSTITUCIONAL MA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	0,56%	5,46%	5,46%	15,79%	13,28%	24,89%	0,20%	4,045%	5,96%
BB MA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,55%	5,46%	5,46%	15,80%	13,46%	25,49%	0,30%	4,042%	5,92%
BRADESCO INSTITUCIONAL MA-B FIC RENDA FIXA	0,51%	5,55%	5,55%	16,41%	13,50%	25,67%	0,20%	4,149%	6,23%
DKA PRÉ 2 ANOS	0,56%	2,18%	2,18%	8,24%	9,88%	26,03%	-	-	-
BRADESCO DKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA	0,55%	2,09%	2,09%	8,14%	9,46%	24,99%	0,20%	1,474%	3,40%
RF-M 1	0,47%	1,53%	1,53%	3,59%	6,68%	16,65%	-	-	-
BRADESCO RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,45%	1,46%	1,46%	3,47%	6,42%	16,15%	0,20%	0,093%	0,55%
CAIXA BRASIL RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,44%	1,47%	1,47%	3,51%	6,50%	16,26%	0,20%	0,094%	0,54%
Selic	0,47%	1,51%	1,51%	3,07%	6,35%	15,28%	-	-	-
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,47%	1,49%	1,49%	3,03%	6,22%	15,57%	0,20%	0,008%	0,01%
CDI	0,47%	1,51%	1,51%	3,07%	6,34%	15,26%	-	-	-
SECURITY FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CREDITO PRIVADO LP	0,30%	0,91%	0,91%	-19,79%	-18,62%	-15,57%	1,00%	0,051%	21,24%
MA-B 5+	0,43%	7,66%	7,66%	23,23%	17,28%	29,29%	-	-	-



Retorno dos Investimentos de Renda Fixa e Benchmark's - base (março / 2019)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	VAR - Mês	Volatilidade - 12 meses
BB IMA-B-5+ TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,41%	7,52%	7,52%	22,95%	16,98%	28,38%	0,20%	6,231%	8,71%



Retorno dos investimentos de Renda Variável e Benchmark's - base (março / 2019)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	VAR - Mês	Volatilidade - 12 meses
FIX	1,99%	5,58%	5,58%	16,31%	5,32%	22,14%	-	-	-
AQUILLA FIL - AQLL11	0,00%	6,41%	6,41%	3,75%	-21,70%	-17,84%	1,50%	0,000%	33,71%
PCA + 8,00% ao ano	1,34%	3,42%	3,42%	5,80%	12,87%	24,98%	-	-	-
ECO HEDGE FIMULTIMERCADO CREDITO PRIVADO LP	4,05%	17,44%	17,44%	31,80%	87,65%	-101,07%	0,12%	0,223%	11,92%
CDI	0,47%	1,51%	1,51%	3,07%	6,34%	15,26%	-	-	-
BRADESCO PLUS I FIMULTIMERCADO	0,38%	1,39%	1,39%	3,62%	6,03%	15,30%	0,50%	0,379%	0,64%
Ibovespa	-0,18%	8,56%	8,56%	20,26%	11,77%	46,83%	-	-	-
BRADESCO SELECTION FIAÇÕES	0,24%	5,02%	5,02%	18,80%	13,05%	64,29%	1,50%	12,602%	21,90%
Não definido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONQUEST EMPRESAS EMERGENTES FP - FCCO11	-	-	-	-	-	-	0,30%	-	-





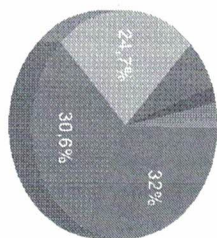
Retorno dos investimentos no Exterior e Benchmarks - base (março / 2019)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	Var - Mes	Volatilidade - 12 meses
Global BDRX	6,19%	13,34%	13,34%	-6,06%	29,96%	55,79%	-	-	-
CAIXA INSTITUCIONAL BDR IN/EL IFLAÇÕES	6,12%	13,01%	13,01%	-6,28%	27,66%	50,93%	0,70%	7,835%	18,19%



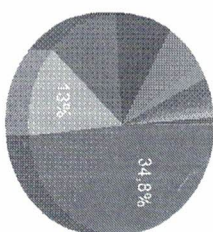
Distribuição dos ativos por Administradores e Sub-Segmentos - base (março / 2019)

Administrador	Valor	%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	27.876.492,04	32,03%
BANCO BRADESCO	26.601.472,46	30,56%
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	21.461.644,90	24,66%
Foco DTVM	6.114.497,63	7,03%
FINAXIS Corretora	2.009.803,57	2,31%
Um Investimentos	1.109.671,92	1,27%
BEM DTVM	1.089.824,08	1,25%
BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS	766.295,96	0,88%
Geração Futuro	6.484,58	0,01%
Única Administradora	0,01	0,00%



- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- BANCO BRADESCO
- BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM
- Foco DTVM
- FINAXIS Corretora
- Um Investimentos
- BEM DTVM
- BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
- Geração Futuro
- Única Administradora

Sub-segmento	Valor	%
IMA-B	30.277.942,74	34,79%
IRF-M 1	11.857.006,23	13,62%
IMA-B 5	11.347.606,56	13,04%
GESTÃO DURATION	10.714.364,36	12,31%
IDKA PCA 2A	8.608.988,75	9,89%
FUNDO IMOBILIÁRIO	3.067.584,25	3,52%
FP	3.046.913,38	3,50%
FIDC - FECHADO	2.016.288,15	2,32%
BDR NIVEL I	1.144.882,61	1,32%
AÇÕES - LIVRES	1.089.824,08	1,25%
IRF-M 1+	1.080.005,93	1,24%
MULTIMERCADO	948.193,11	1,09%
CREDITO PRIVADO	766.295,96	0,88%
IMA-B 5+	681.150,95	0,78%
CDI	389.160,09	0,45%

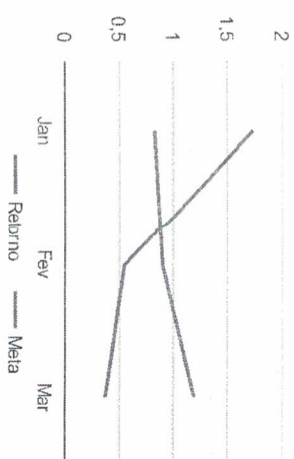
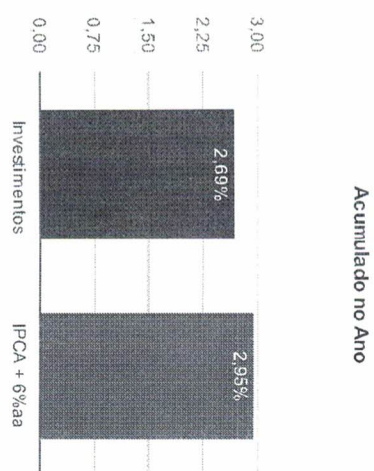


- IMA-B
- IRF-M 1
- IMA-B 5
- GESTÃO DURATION
- IDKA PCA 2A
- FUNDO IMOBILIÁRIO
- FP
- FIDC - FECHADO
- BDR NIVEL I
- AÇÕES - LIVRES
- IRF-M 1+
- MULTIMERCADO
- CREDITO PRIVADO
- IMA-B 5+
- CDI



Retorno e Meta Atuarial acumulados no ano de 2019

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (\$)	Retorno (%)	Meta (%)	Gap (%)	VAR (%)
Janeiro	78.828.877,72	1.233.485,47	1.621.374,10	79.813.128,50	1.372.139,41	1,74%	0,83%	209,31%	1,92%
Fevereiro	79.813.128,50	10.743.516,43	10.644.425,35	80.356.708,12	444.488,54	0,56%	0,90%	62,11%	1,51%
Março	80.356.708,12	2.401.763,05	1.537.803,44	81.528.777,96	308.110,23	0,38%	1,19%	31,78%	2,58%
Acumulado no ano					2.124.738,18	2,69%	2,95%	91,38%	





Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de março / 2019

Ativos de Renda Fixa	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	VAR - Mês (%)	Instituição(%)
CAIXA BRASIL IMA-B-5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	3.071.345,58	0,00	0,00	3.094.824,60	23.479,02	0,76%	1,21%	0,76%
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B-5	7.091.084,35	0,00	0,00	7.143.110,04	52.025,69	0,73%	1,33%	0,73%
CAIXA BRASIL IDKA PCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	3.835.147,46	0,00	37.252,70	3.823.296,09	25.401,33	0,66%	0,93%	0,66%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.377.209,05	0,00	0,00	2.392.674,54	15.465,48	0,65%	0,89%	0,65%
CAIXA BRASIL RF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.073.647,42	0,00	0,00	1.080.005,93	6.358,51	0,59%	2,27%	0,59%
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	9.916.412,02	0,00	0,00	9.971.796,89	55.384,87	0,56%	4,05%	0,56%
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	8.370.135,01	0,00	0,00	8.416.022,52	45.887,51	0,55%	4,04%	0,55%
BRADESCO IDKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA	2.379.978,70	0,00	0,00	2.392.998,12	13.019,42	0,55%	1,47%	0,55%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RENDA FIXA	6.897.353,30	0,00	0,00	6.934.914,85	37.561,55	0,54%	4,05%	0,54%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B-FIC RENDA FIXA	5.623,56	0,00	0,00	5.652,34	28,78	0,51%	4,15%	0,51%
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	3.760.998,55	0,00	0,00	3.779.449,51	18.450,96	0,49%	1,75%	0,49%
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIA DO DI	387.349,35	0,00	0,00	389.160,09	1.810,74	0,47%	0,01%	0,47%
BRADESCO RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	6.667.977,34	0,00	754.654,42	5.942.908,23	29.585,31	0,44%	0,09%	0,45%
CAIXA BRASIL RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	6.705.362,32	0,00	820.401,72	5.914.098,00	29.137,40	0,43%	0,09%	0,44%
BB IMA-B-5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	678.341,49	0,00	0,00	681.150,95	2.809,46	0,41%	6,23%	0,41%
SECURITY FI RENDA FIXA REFERENCIA DO DI CREDITO PRIVADO LP	764.024,46	0,00	0,00	766.295,96	2.271,50	0,30%	0,05%	0,30%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	4.929.953,59	938.277,43	0,00	5.884.469,96	16.238,94	0,28%	4,05%	0,56%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	4.522.351,10	1.463.485,62	0,00	6.000.001,03	14.164,31	0,24%	4,05%	0,56%
PREMIUM FIDC SÊNIOR	2.013.031,07	0,00	0,00	2.009.803,57	-3.227,50	-0,16%	0,05%	-0,16%
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FI IMA-B-5	269.858,37	0,00	0,00	262.481,37	-7.377,00	-2,73%	6,46%	-2,85%
TOWER IMA-B-5 FI RENDA FIXA	872.198,58	0,00	0,00	847.190,55	-25.008,03	-2,87%	5,54%	-2,93%
MASTER II FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	6.981,69	0,00	0,00	6.484,58	-497,11	-7,12%	-	-
<b>Total Renda Fixa</b>					<b>352.971,14</b>	<b>0,46%</b>	<b>2,50%</b>	





Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de março / 2019

Ativos de Renda Variável	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Var - Mês (%)	Instituição(%)
BRADESCO PLUS FIMULTMERCADO	944.584,51	0,00	0,00	948.193,10	3.608,59	0,38%	0,38%	0,38%
BRADESCO SELECTION FIAÇÕES	1.087.246,67	0,00	0,00	1.089.824,08	2.577,41	0,24%	12,60%	0,24%
ECO HEDGE FIMULTMERCADO CREDITO PRIVADO LP	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00%	0,22%	4,05%
CONQUEST EMPRESAS EMERGENTES FIP - FCCO11	3.047.997,82	0,00	0,00	3.046.913,38	-1.084,44	-0,04%	-	-
AQUILLA FII - AQLL11	3.149.059,25	0,00	0,00	3.067.584,25	-81.475,00	-2,59%	0,00%	0,00%
<b>Total Renda Variável</b>					<b>-76.373,44</b>	<b>-0,93%</b>	<b>2,76%</b>	<b>0,00%</b>



retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de março / 2019

Ativos de Investimentos no Exterior	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	VaR - Mês (%)	Instituição(%)
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI A ÇÕES	1.078.883,98	0,00	0,00	1.144.892,61	65.998,63	6,12%	7,83%	6,12%
<b>Total Exterior</b>					<b>65.998,63</b>	<b>6,12%</b>	<b>7,83%</b>	



Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no 1º Trimestre / 2019

Ativos de Renda Fixa	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Instituição (%)
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	9.455.539,98	0,00	0,00	9.971.796,89	516.256,91	5,46%	5,46%
CAIXA BRASL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RENDA FIXA	6.670.769,51	0,00	0,00	6.934.914,85	264.145,34	3,96%	3,96%
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5	6.947.026,04	0,00	0,00	7.143.110,04	196.084,00	2,82%	2,82%
CAIXA BRASL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	3.233.099,34	2.462.511,91	0,00	5.884.469,96	188.858,71	4,67%	5,52%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	3.148.290,79	2.671.630,83	0,00	6.000.001,03	180.079,41	4,58%	5,46%
CAIXA BRASL RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	8.250.728,72	0,00	2.444.419,55	5.914.098,00	107.788,83	1,44%	1,47%
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	3.673.279,43	0,00	0,00	3.779.449,51	106.170,08	2,89%	2,89%
BRADESCO RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	8.101.060,78	0,00	2.263.736,26	5.942.908,23	105.583,71	1,43%	1,46%
CAIXA BRASL IDKA FCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	3.876.816,20	0,00	149.174,93	3.823.296,09	95.654,82	2,50%	2,50%
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,00	8.347.253,61	0,00	8.416.022,52	68.768,91	0,82%	5,46%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.334.501,22	0,00	0,00	2.392.674,54	58.173,32	2,49%	2,49%
CAIXA BRASL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	799.760,38	2.240.392,92	0,00	3.094.824,60	54.671,30	2,94%	2,85%
BRADESCO IDKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA	2.343.963,29	0,00	0,00	2.392.998,12	49.034,83	2,09%	2,09%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	633.529,95	0,00	0,00	681.150,95	47.621,00	7,52%	7,52%
BB RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.655.505,58	0,00	4.695.300,51	0,00	39.794,93	0,85%	1,46%
BB PERFL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	3.623.919,58	0,00	3.651.953,10	0,00	28.033,52	0,77%	1,48%
CAIXA BRASL RF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.053.896,69	0,00	0,00	1.080.005,93	26.109,24	2,48%	2,48%
CAIXA MEGA FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	2.224.951,97	0,00	2.240.392,72	0,00	15.440,75	0,69%	1,47%
SECURITV FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CREDITO PRIVADO LP	759.378,66	0,00	0,00	766.295,96	6.917,30	0,91%	0,91%
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	383.437,27	0,00	0,00	389.160,09	5.722,82	1,49%	1,49%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA	5.355,21	0,00	0,00	5.652,34	297,13	5,55%	5,55%
MASTER II FDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	7.124,99	0,00	0,00	6.484,58	-540,41	-8,99%	-8,99%



Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no 1º Trimestre / 2019

Ativos de Renda Fixa	Sado Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Instituição (%)
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FI MA-B-5	266.098,62	0,00	0,00	262.481,37	-3.617,25	-1,36%	-1,36%
PREMIUM FIDC SÊNOR	2.019.239,65	0,00	0,00	2.009.803,57	-9.436,08	-0,47%	-0,47%
TOWER MA-B-5 FI RENDA FIXA	870.062,12	0,00	0,00	847.190,55	-22.871,57	-2,63%	-2,63%
<b>Total Renda Fixa</b>				<b>2.124.641,55</b>		<b>2,82%</b>	





Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no 1º Trimestre / 2019

Ativos de Renda Variável	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Instituição (%)
BRADESCO SELECTION FIAÇÕES	1.037.722,01	0,00	0,00	1.089.824,08	52.102,07	5,02%	5,02%
BRADESCO PLUS I FIMULTMERCADO	935.173,09	0,00	0,00	948.193,10	13.020,01	1,39%	1,39%
ECO HEDGE FIMULTMERCADO CRÉDITO PRIVADO LP	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00%	17,44%
CONQUEST EMPRESAS EMERGENTES FIP - FCCO11	3.049.663,66	0,00	0,00	3.046.913,38	-2.750,28	-0,09%	-
AQUILLA FII - AQLL11	3.083.767,94	0,00	0,00	3.067.584,25	-16.183,69	-0,52%	6,41%
				<b>Total Renda Variável</b>	<b>46.188,11</b>	<b>1,95%</b>	



Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no 1º Trimestre / 2019

Ativos de Investimentos no Exterior	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Instituição (%)
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I FIAÇÕES	1.013.064,88	0,00	0,00	1.144.882,61	131.817,73	13,01%	13,01%
			Total Exterior		131.817,73	13,01%	



## Março / 2019

### INTERNACIONAL

#### EUROPA

Com a desaceleração do setor industrial na Alemanha tornando-se mais acentuada, a atividade econômica na zona do euro vem mostrando fraqueza, depois de uma ameaça de recuperação no início do ano. O PMI composto desacelerou de 51,9 pontos em fevereiro, para 51,3 pontos em março. A maior queda foi a do PMI industrial, sendo que o de serviços teve pequena variação.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 7,8% em janeiro, manteve-se nesse mesmo patamar em fevereiro, resultado em linha com as previsões dos analistas.

Quanto à inflação do consumidor, depois de ter registrado um avanço anual de 1,5% em fevereiro, desacelerou para 1,4% em março de 2019, voltando para o nível de janeiro e distante da meta de 2% do Banco Central Europeu - BCE.

Em sua reunião no início de março, o BCE manteve inalterada, em 0% a taxa de refinanciamento e em -0,40% a taxa de depósito dos bancos e afirmou que agora pretende manter inalteradas as taxas de juros até o final de 2019.

#### EUA

Com a paralisia do governo norte-americano no início do ano, o Departamento de comércio dos EUA divulgou efetivamente a estimativa final do PIB do EUA no quarto trimestre de 2018, só no final de março. Nesse período a economia cresceu 2,2% anualizados, para terminar o ano com uma expansão de 2,9%, sendo que em 2017 havia sido de 2,2%.

A criação de vagas de trabalho não agrícola em março de 2019 foi de 196 mil novos postos, quando a expectativa era de 180 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,8 em fevereiro, permaneceu nesse mesmo patamar em março.

Em sua reunião no final de março, o FED manteve na faixa entre 2,25% e 2,50% a taxa básica de juros e seus membros abandonaram projeções de novas altas nos juros neste ano, por conta da possibilidade de desaceleração da economia.

#### ÁSIA

Na China, depois que o governo reduziu a meta de crescimento do PIB em 2019 de 6,5%, para algo entre 6% e 6,5%, está havendo uma intensificação de medidas de estímulo ao crescimento econômico. Reduzir os empréstimos compulsórios dos bancos para estimular financiamentos para pequenas e médias empresas, que têm papel chave no crescimento do PIB, é uma delas.

## MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 2,73% a.a. no final de fevereiro, terminaram março com rendimento de 2,41% a.a. Já os títulos emitidos pelo governo britânico rendiam 0,99% a.a., enquanto os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de março com rendimento negativo de 0,068%. Paralelamente, no mês, o dólar se valorizou 1,35% perante o euro e se desvalorizou 0,47% e perante o yen.

Já as bolsas internacionais tiveram em fevereiro outro mês de mais altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) subiu 0,09% no mês e a inglesa (FTSE 100) 2,89%, a do Japão (Nikkei 225) caiu 0,84% e a americana (S&P 500) avançou 1,79%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês 3,57%.

## NACIONAL

### ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia do PIB, ficou negativo em 0,41% em janeiro, em relação a dezembro, mas teve alta de 0,79% em relação a janeiro do ano passado e de 1% em doze meses.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12% no trimestre encerrado em janeiro, subiu para 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro. Cerca de 13,1 milhões de pessoas estravam sem trabalho.

### SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 14,9 bilhões em fevereiro, comparativamente a déficit de R\$ 17,4 bilhões em fevereiro do ano anterior.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 373,4 bilhões (5,42% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 479,2 bilhões (6,95% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em fevereiro R\$ 5,33 trilhões (77,4% do PIB).

### INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter registrado alta de 0,43% em fevereiro, subiu 0,75% em março, com os grandes aumentos concentrados nos grupos alimentação e transportes. No ano acumulou variação de 1,51% e em doze meses de 4,58%, acima do centro da meta do Banco Central, que é de 4,25%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,77 em março, após ter subido 0,54% em fevereiro. No ano acumulou alta de 1,68% e de 4,67% em doze meses.

## JUROS

Em sua reunião no final de março, o Copom decidiu manter a taxa Selic no seu piso histórico de 6,5% ao ano e indicou que, diante da retomada econômica abaixo do esperado, o balanço de riscos para a inflação tem pesos iguais tanto pra cima quanto pra baixo. Foi o primeiro encontro sob o comando do economista Roberto Campos Neto.

## CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de março cotada em R\$ 3,8967, com uma valorização de 4,23% no mês.

Em fevereiro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 1,1 bilhão, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 13,9 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 8,4 bilhões em fevereiro e acumularam US\$ 89,5 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 378,4 bilhões no final do mês.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em março de 2019 um superávit de US\$ 4,99 bilhões, o pior resultado para o mês desde 2016. No ano o superávit acumulado foi de US\$ 10,88 bilhões.

## RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de janeiro acabou sendo o do IMA-B 5, com alta de 0,78%, seguido do IDKA 2A (IPCA), com alta de 0,67% e do IRF-M 1+, com alta de 0,63%.

## RENDA VARIÁVEL

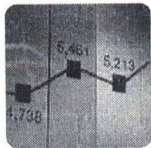
Para o Ibovespa, o mês de março foi ruim, com queda de 0,18%, acumulando, em doze meses, alta de 11,77%. O índice encerrou o mês e o ano em 95.415 pontos.

## PERSPECTIVAS

### MERCADO INTERNACIONAL

Enquanto tanto o FED, quanto o Banco Central Europeu não planejam aumentos nos juros, pelo menos até o final do ano, os mercados financeiros ao redor do mundo continuam centrando as suas atenções na “guerra comercial” promovida pelo governo Trump e sem perspectiva de terminar. O foco volta a ser a União Europeia.

Ao mesmo tempo as atenções seguem também voltadas para a China, no seu esforço de manter o crescimento econômico dentro do planejado.



## PARECER TÉCNICO

### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Em atendimento ao Ofício n.º: 066/PREVIQUEIMADOS/201 emitido em 30 de janeiro de 2019



## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

NOME DO RPPS

1ª Revisão: Em atendimento ao §2º do art. 4º da Resolução CMV nº 3.952, de 29 de novembro de 2010 e alterações

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	OBJETIVO	4
3	CENÁRIO ECONÔMICO	5
3.1	INTERNACIONAL – ANO DE 2018	5
3.2	NACIONAL – 1º SEMESTRE 2018	6
3.3	PERSPECTIVAS	8
3.3.1	INTERNACIONAL – ANO 2019	8
3.3.2	NACIONAL – ANO 2019	9
3.4	EXPECTATIVAS DE MERCADO	11
4	ALOCÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS	12
4.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	14
4.2	SEGMENTO DE RENDA-VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	14
4.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	14
4.4	LIMITES GERAIS	14
4.5	ENQUADRAMENTO	14
4.6	VEDAÇÕES	15
5	META ATUARIAL	16
6	ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS	17
6.1	GESTÃO PRÓPRIA	17
6.2	ORGANISMO EXTERNO	17
7	CONTROLE DE RISCO	18
7.1	CONTROLE DO RISCO DE MERCADO	18
7.2	CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO	18
7.3	CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ	19
8	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	20
9	CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO	21
9.1	PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES	21
10	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	23
10.1	METODOLOGIA	23
10.1.1	MARCAÇÕES	23
10.2	CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO	23
10.2.1	TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	23
10.2.2	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	26
10.2.3	TÍTULOS PRIVADOS	26
10.2.4	POUPANÇA	27
10.3	FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES	27
11	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	28
11.1	PLANO DE CONTINGÊNCIA	29
11.1.1	EXPOSIÇÃO A RISCO	29
11.1.2	POTENCIAIS PERDAS DOS RECURSOS	29
12	CONTROLES INTERIORS	30
13	DISPOSIÇÕES GERAIS	32
13.1	AMÉRICA	33

## 1 INTRODUÇÃO

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, pela Resolução CMN nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018 (doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 3.922/2010"), o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva do XX, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2019, aprovada por seu órgão superior competente.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisões relativo aos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente a análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

## 2 OBJETIVO

A Política de Investimentos do XX tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação a natureza de suas obrigações e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas as aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: padrão ético de conduta, solidez patrimonial, histórico e experiência positiva, com reputação considerada ilibada no exercício da atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política de investimentos estabelecerá o plano de contingência, os parâmetros, as metodologias, os critérios, as modalidades e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Os responsáveis pela gestão do XX têm como objetividade a contínua busca pela ciência do conhecimento técnico, exercendo suas atividades com boa fé, legalidade e diligência; zelando por elevados padrões éticos, adotando as melhores práticas que visem garantir o cumprimento de suas obrigações.

Entende-se por responsáveis pela gestão dos recursos do XX, as pessoas que participam do processo de análise, de assessoramento, e decisório sobre a aplicação dos recursos, bem como os participantes do mercado de título e valores mobiliários no que se refere a distribuição, intermediação e administração dos ativos.

### 3 CENÁRIO ECONÔMICO

#### 3.1 INTERNACIONAL – ANO DE 2018

##### EUROPA

De acordo com a agência europeia de estatísticas, Eurostat, a economia da zona do euro, composta por 19 países, evoluiu 0,2% no terceiro trimestre de 2018, em relação ao anterior e 1,6% na comparação anual.

Entre as economias mais importantes do bloco econômico, a da Alemanha decresceu 0,2%, na base trimestral e avançou 1,1% na anual, a da França evoluiu 0,3% e 1,4% respectivamente, a da Itália decresceu 0,1% e cresceu 1,5% na base anual e a da Espanha evoluiu 0,6% no trimestre e 2,4% em doze meses. De acordo com o Banco Central Europeu – BCE o potencial de crescimento da zona do euro se recuperou das mínimas atingidas durante a crise da dívida, mas permaneceu abaixo de seu nível antes dela.

Já a economia do Reino Unido, membro da União Europeia – UE cresceu 0,6% no terceiro trimestre, em relação ao anterior e 1,5% na comparação anual.

Quanto ao desemprego na zona do euro, a taxa ficou em 7,9% em novembro, o nível mais baixo desde agosto de 2008. Na Alemanha ele foi de 3,3%, nova mínima histórica, na Espanha 14,55% e na Itália de 10,50%, nesse mês. Na França foi de 9,1% em setembro.

Em dezembro, a inflação do consumidor teve alta de 1,6% na base anual, depois de encostar na meta de 2%, do BCE ao longo do ano. Assim, em sua última reunião do ano, o Banco Central Europeu manteve a taxa básica de juros em 0% e a de depósitos bancários em -0,4%. Ele também confirmou o encerramento de seu histórico programa de compra líquida de ativos iniciada em 2015 para estimular a economia com a injeção de 2,8 trilhões de euros.

##### EUA

Foi de 3,4% o crescimento da economia americana no terceiro trimestre de 2018, em relação ao segundo, em taxa anualizada. Embora tenha aumentado os gastos dos consumidores, as exportações de bens caíram 8,1%, a maior queda desde o primeiro trimestre de 2015. A força do dólar e a “guerra” comercial com a China atrapalharam um melhor resultado.

Por sua vez, o mercado de trabalho continuou bastante forte em dezembro, quando a criação de novos postos de trabalho não rural foi de 312 mil, quando a expectativa era de 176 mil. A taxa de desemprego foi de 3,9%.

Na sua última reunião do ano, o comitê de política monetária do FED, o banco central americano, decidiu pela quarta vez neste ano elevar a taxa básica de juros, desta feita da banda entre 2% e 2,25% a.a., para a banda entre 2,25% e 2,5% a.a. A decisão já era esperada pelo mercado.

Já a inflação do consumidor, teve em dezembro queda de 0,1%, sendo que a variação anual dos preços ao consumidor ficou em 1,9%, ligeiramente abaixo da meta do FED.

##### ASIA

Em 2018, a economia chinesa cresceu 6,6%, uma alta do PIB que supera a meta do governo de 6,50%, mas que representou o pior resultado registrado desde 1990. A desaceleração mais forte que a esperada refletiu também os efeitos da “guerra” comercial com os EUA. Em dezembro, por exemplo, as exportações caíram inesperadamente no ritmo mais forte em dois anos, assim como importações. Curiosamente, a China teve em 2018 o maior superávit comercial com os EUA, já registrado. Também em dezembro, o setor industrial teve contração pela primeira vez em 19 meses, dando outro indicio de como o enfraquecimento da demanda interna e as tarifas dos EUA estão pressionando a segunda maior economia global.

Quanto as reservas cambiais do país, que encerraram o ano em US\$ 3,07 trilhões e sendo novamente a maior do mundo, a terceira queda em quatro anos não deverá diminuir a pressão sobre o  *yuan*, já que Pequim deve implementar mais medidas de flexibilização da política monetária para reduzir o risco de uma desaceleração mais acentuada.

Quanto à economia do Japão, a contração no terceiro trimestre de 2017 foi a uma taxa anualizada de 2,5%. Foi a maior contração em mais de quatro anos, uma vez que as empresas reduziram os gastos, ameaçando os investimentos programados para 2019, no momento em que o país enfrenta a desaceleração do crescimento global e os atritos comerciais.

Em relação à Índia, o PIB do terceiro trimestre do ano passado cresceu 7,1% na base anual, mantendo o país como grande economia com o crescimento mais forte do mundo.

#### MERCADO DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

De acordo com Brainard, alto funcionário do FED, altas inexplicáveis e outros movimentos bruscos sem qualquer razão aparente continuam preocupando o banco central dos EUA. Uma coleta de dados mostrou crescimento das negociações de alta frequência e de negócios de firmas que negociam com recursos próprios em um mercado de US\$ 15 trilhões. Para o FED um mercado estável de títulos do tesouro é vital, na medida em que o banco central continua reduzindo a sua carteira de títulos.

Outro sinal preocupante foi o da queda de interesse por títulos do governo americano, por parte dos investidores estrangeiros, que estão revisando seus investimentos ou vendendo as suas posições, na medida em que as taxas de rendimento no curto prazo se elevaram acima daquelas de prazo mais longo em determinados momentos. Quando isso acontece, o custo do hedge à exposição ao dólar norte-americano sobe. Quando se compra títulos da dívida de governos, a proteção contra a flutuação cambial é necessária.

Nesse contexto, o rendimento dos títulos de 10 anos emitidos pelo governo britânico (UK Gilt) passou de 1,57% a.a., no final do terceiro trimestre, para 1,27% a.a., no final do ano e os títulos do governo alemão (Bund) de 0,47% a.a., para 0,25% a.a. Já os títulos de 10 anos do governo americano (Treasury Bonds) tiveram o seu rendimento alterado, no mesmo período, de 3,05% a.a., para 2,69% a.a. e os de 30 anos de 3,20% a.a. para 3,02% a.a.

Para as bolsas internacionais, o ano foi de desempenhos muito negativos. Imperou a alta volatilidade, principalmente em dezembro, quando as quedas foram muito acentuadas à luz da "guerra" comercial com a China e o aumento dos juros nos EUA. O índice Dax 30 (Alemanha) acumulou queda de 18,26% em 2017, enquanto o FTSE 100 (Grã-Bretanha) caiu 12,48% nesse período.

Nos EUA, as bolsas voltaram a atingir níveis recorde, mas depois a queda também foi forte. O índice S&P 500 recuou 6,24% no ano. Na Ásia, o índice Shanghai SE Composite (China) caiu 23,56% no ano, enquanto o índice Nikkei 225 (Japão) recuou 12,08% no período.

No mercado de commodities, o preço do petróleo tipo Brent, com o enfraquecimento da demanda caiu 21,94% em 2018.

### 3.2 NACIONAL – 1º SEMESTRE 2018

#### ATIVIDADE ECONÔMICA

A economia brasileira registrou, no terceiro trimestre de 2018, um crescimento de 0,8% em relação ao trimestre anterior. Em relação ao terceiro trimestre de 2017, o PIB avançou 1,4%. No acumulado de 2018 o PIB subiu 1,1%, segundo o IBGE.

Pelo lado da oferta, o avanço do setor agropecuário foi de 0,7%, no trimestre, do setor industrial foi de 0,4% e a do setor de serviços 0,5%. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias subiu 0,6%, os investimentos 6,6% e o consumo do governo 0,3%.

Merece novamente destaque o crescimento da formação bruta de capital fixo, a maior desde o quarto trimestre de 2009, quando os investimentos cresceram 7,1% em relação ao trimestre anterior. A taxa de poupança, por sua vez, ficou em 14,9% no trimestre e a de investimentos em 16,9%.

#### EMPREGO E RENDA

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do IBGE, a taxa de desemprego no país foi de 11,6% no trimestre encerrado em novembro, quando no ano anterior havia sido de 11,7%. O número de desempregados atingiu 12,2 milhões de pessoas.

O rendimento médio real (corrigido pela inflação) foi de R\$ 2.233,00, quando no ano anterior havia sido de R\$ 2.235,00.

#### SETOR PÚBLICO

Até novembro de 2018, o setor público consolidado registrou um déficit primário de R\$ 67,1 bilhões, o menor resultado para o período em três anos, sendo que no mesmo período de 2017 havia tido um déficit de R\$ 78,3 bilhões. Em doze meses, foi registrado um déficit primário de R\$ 99,4 bilhões, equivalente a 1,45% do PIB.

As despesas com os juros nominais totalizaram R\$ 385,6 bilhões (5,64% do PIB), em doze meses e o resultado nominal, que inclui o resultado primário mais os juros nominais foi deficitário em R\$ 435 bilhões (7,10% do PIB) em doze meses também. A Dívida Bruta do Governo Geral (governo federal, INSS, governos estaduais e municipais) alcançou R\$ 5,28 trilhões em novembro, ou o equivalente a 77,3% do PIB.

Quanto à arrecadação de impostos e contribuições federais, que somou em 2018, R\$ 1,45 trilhão, o crescimento real foi de 4,74% na comparação com o ano anterior. Foi o melhor desempenho anual desde 2014.

#### INFLAÇÃO

Com a alta de 0,15%, a mais fraca para um mês de dezembro, em vinte e quatro anos, o IPCA fechou o ano de 2018 abaixo da meta de 4,5% pela segunda vez na história. O índice acumulou um avanço de 3,75%, depois de ter subido 2,95% em 2017. Esse resultado poderia ter sido ainda melhor não fosse a greve dos caminhoneiros em maio.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também calculado pelo IBGE, abrangendo famílias com renda mensal entre um e cinco salários mínimos, subiu 0,14% em dezembro, frente a novembro, acumulando uma alta de 3,43% no ano.

Importante lembrar que o Conselho Monetário Nacional decidiu alterar a meta de inflação de 4,5% em 2018, para 4,25% a ser perseguida em 2019 e para 4% em 2020.

#### JUROS

Em sua última reunião de 2018, o Comitê de Política Monetária do Banco Central, o Copom, decidiu por unanimidade manter a taxa Selic em 6,50% ao ano, decisão largamente esperada pelos economistas. Ao justificar a decisão, o BC afirmou que a atividade econômica seguiu em recuperação gradual e, ao mesmo tempo, em que as medidas de inflação subjacente estão em níveis apropriados ou confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e a política monetária.

#### CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800, que é calculada pelo Banco Central do Brasil, fechou 2018, cotada a R\$ 3,8748, acumulando uma alta de 17,13%.

Em relação ao Balanço de Pagamentos, as transações correntes acumularam, em doze meses, terminados em novembro, um déficit de US\$ 14 bilhões, ou o equivalente a 0,74% do PIB. Os investimentos diretos no país (IED) totalizaram US\$ 77,8 bilhões no ano, 18,6% acima do registrado no mesmo período do ano anterior e mais do que suficiente para financiar o déficit. As reservas internacionais, ao final de novembro, pelo conceito de liquidez eram de US\$ 379,7 bilhões.

Quanto a Balança Comercial, o superávit no ano foi de US\$ 58,2 bilhões, o segundo maior saldo da série histórica iniciada em 1989. As exportações somaram US\$ 239,5 bilhões e as importações US\$ 181,2 bilhões.

#### MERCADO DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Apesar de toda volatilidade vivida pelo mercado de renda fixa em 2018, com a alta dos juros nos EUA, com a greve dos caminhoneiros aqui e com as incertezas criadas pelas eleições presidenciais, diversos ativos de renda fixa acabaram por ter desempenho melhor que a meta atuarial fixada em IPCA+6% ao ano, que variou 9,92% e que a meta fixada em INPC+6% ao ano, que subiu 9,59%.

O melhor desempenho entre os indicadores referenciais dos fundos de renda fixa com títulos públicos prefixados e indexados ao IPCA, foi o do IDFA 20 (IPCA), que acumulou alta de 20,40% no ano, seguido do IMA-B 5+, com alta de 15,41% e do IRF-M 1+, com alta de 12,27%.

Diferentemente das principais bolsas do mundo e mesmo com a retirada líquida superior a R\$ 10 bilhões dos investidores estrangeiros, o índice Bovespa encerrou o ano de 2018 nos 87.887 pontos e apresentando uma rentabilidade de 15,03%. Ela chegou a atingir os 89.709 pontos, o maior patamar já registrado em seus 50 anos de vida.

O resultado das eleições presidenciais e as perspectivas de retomada do crescimento da atividade econômica é que animaram os investidores.

### 3.3 PERSPECTIVAS

#### 3.3.1 INTERNACIONAL – ANO 2019

O Banco Mundial acredita que o crescimento mundial será de 2,9% em 2019 e de 2,8% em 2020. As condições financeiras globais ficaram piores, as tensões comerciais se intensificaram e a produção industrial perdeu ritmo. Os riscos de deterioração se tornaram mais agudos, com a possibilidade de movimentos desordenados nos mercados e de uma escalada nas disputas comerciais.

Para o FMI, a economia global deverá crescer 3,5% em 2019, menos que em 2018 e 3,6% em 2020. Para a instituição, os riscos para o crescimento global também passam pela escalada das tensões comerciais e o endurecimento das condições financeiras.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, a economia global deverá experimentar um pouso suave nos próximos anos, mas há riscos crescentes de que barreiras comerciais, saídas de capital de países emergentes e o aumento dos preços do petróleo comprometam a evolução. O órgão também estima o crescimento global em 3,5% em 2019.

#### EUROPA

Em relação à zona do euro, o FMI estima o crescimento deste ano em 1,6% e o de 2020 em 1,7%. Embora o potencial de crescimento da região tenha se recuperado das mínimas da era da crise, o crescimento deste ano deverá ser menor que o de 2018. As preocupações com a guerra comercial, as incertezas políticas como o Brexit ou os protestos na França derrubaram a confiança do consumidor, que caiu para o nível mais baixo em quatro anos.

Para a economia alemã, há anos a locomotiva de crescimento da zona do euro, o FMI previu a evolução do PIB em 1,3% em 2019 e 1,6% em 2020. Neste ano, uma taxa ainda menor que a que deve ter sido alcançada em 2018, que foi a taxa mais fraca dos últimos cinco anos. Para a economia francesa estimou um avanço de 1,5%, neste ano e 1,6% no próximo e para a italiana de 0,6% e 0,9% respectivamente. Para a espanhola a previsão é de um avanço de 2,2% neste ano e de 1,9% no próximo.

Para o Banco Central Europeu, a desaceleração prevista e a inflação mais fraca no último mês não são suficientes para se mudar o curso da política monetária. O encerramento do programa de compra de dívida, conhecido como estímulo monetário, comprova isso, por enquanto.

Para o Reino Unido o FMI espera o PIB avançando 1,5% em 2019 e 1,6% em 2020. Em recente votação os parlamentares britânicos derrotaram o acordo do Brexit negociado pela primeira-ministra Theresa May, deflagrando a possibilidade de uma saída desordenada do Reino Unido da União Europeia, ou até mesmo uma reversão da decisão de deixar o bloco até 29 de março próximo, data estabelecida por lei para o Brexit.

Para a Rússia, país emergente do continente europeu, o FMI projetou a alta do PIB em 1,6% este ano e em 1,7% no próximo.

#### EUA

Para o FMI, a economia americana crescerá 2,5% em 2019 e 1,8% em 2020. Comparado a 2018, ano em que a evolução do PIB deve ter sido ao redor de 3%, o melhor desempenho desde a crise financeira há dez anos, a desaceleração esperada vem carregada de incertezas. A guerra comercial iniciada pelo governo Trump e que tem enfraquecido a economia global não imuniza os EUA. O mercado financeiro do país passou por alguns momentos de inquietação, especialmente quando as taxas dos títulos longos do tesouro americano se aproximaram dos curtos, indicando a expectativa de uma economia mais fraca no futuro, ou mesmo em recessão. Conforme o economista-chefe do FMI, os EUA sentirão os efeitos da desaceleração do crescimento em outras partes do mundo, mas descartou uma recessão.



Em relação à política monetária, recentes declarações de membros indicam que o FED será paciente quanto às novas elevações da taxa básica. Para alguns analistas deverão ocorrer apenas duas altas da taxa em 2019. Para a ex-presidente do FED, Janet Yellen, os juros nos EUA ficarão baixos por muito tempo.

Por outro lado, causa apreensão o relacionamento do presidente Trump com o Congresso, principalmente com os Democratas, que na campanha foram acusados por ele de criminosos e agora detêm a maioria da casa. Assim, terão o poder de inclusive investigar ações penais contra o presidente.

#### ÁSIA

Para a China o FMI previu a evolução do PIB em 6,2% em 2019 e 2020. Em 2018, a desaceleração, sob o peso do enfraquecimento da demanda doméstica e do aumento das taxas dos EUA fez com que a China tivesse tido o menor crescimento desde 1990. Para o primeiro-ministro Li Keqiang, a China deve se preparar para enfrentar dificuldades neste ano, uma vez que a economia vem sofrendo cada vez mais pressão. As autoridades econômicas já anunciaram que irão reduzir impostos, intensificar gastos em infraestrutura, melhorar as condições de crédito para pequenas empresas e manter uma política monetária estável, mas flexível, como forma de aumentar o consumo interno e os investimentos.

Em relação ao Japão, o FMI estimou em 1,1% o crescimento do PIB em 2019 e em 0,5% o de 2020. Para a Índia o FMI estimou um crescimento de 7,5% em 2019 e de 7,7% em 2020.

#### MERCADO DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Com a dívida global perto dos US\$ 250 trilhões, o mundo nunca esteve tão endividado, o que fez o tema entrar de vez na pauta do Fórum Econômico Mundial, em Davos na Suíça. O que se discute é como os tomadores de empréstimos e os mercados emergentes irão desarmar suas bombas-relógio. A dívida global é agora três vezes maior que o tamanho da economia mundial e não para de crescer. O endividamento de governos e companhias representa mais de 75% do aumento da dívida global desde 2008. Para o banco UBS, com os melhores níveis de capitalização dos bancos e os requisitos de serviço da dívida gerenciáveis, que temos hoje, não parece haver uma ameaça iminente da dívida para os mercados globais. Mas a situação pode se deteriorar fortemente no caso de haver uma recessão. Nessa hipótese, o endividamento aumentaria ainda mais rapidamente, bancos centrais seriam obrigados a retomar a compra de ativos e aumentaria a pressão para os bancos comerciais elevarem seu capital próprio.

Nos EUA, a dívida corporativa atingiu 46% do PIB. Depois da crise financeira de 2008, as famílias iniciaram um longo e doloroso processo de desalavancagem. Enquanto isso, as empresas rapidamente avançaram na direção oposta, se sobrecarregando de dívida barata até um ponto que agora preocupa muitos analistas.

Já no início de 2019, Jerome Powell, presidente do FED disse que o banco central norte-americano tem condições de ser paciente em relação à política monetária, já que a inflação está estável. O que inclusive diminui o risco de fuga de capitais das nações em desenvolvimento.

Em relação à diminuição do balanço do FED, Powell afirmou que vai reduzir significativamente seus ativos. Se mantivesse o ritmo que vinha adotando no ano passado, até o final de 2019 os ativos recuariam de US\$ 4,1 trilhões, para aproximadamente US\$ 3,7 trilhões. Antes da crise os ativos do FED representavam US\$ 900 bilhões.

Depois de ter atingido sucessivos recordes, a bolsa americana, assim como outras importantes, sofreu fortes correções. Além da intranquilidade causada pela "guerra" comercial com a China, as maiores empresas de capital aberto dos EUA passaram a alertar o mercado que os seus resultados em 2019 não deverão ser tão robustos como se projetava inicialmente.

Com o crescimento global sendo revisado para baixo, as bolsas dos países desenvolvidos poderão não ter neste, os seus melhores anos. Para os mercados emergentes, as expectativas também pioraram e diversas instituições já diminuíram o peso dessas ações em suas carteiras recomendadas.

Para as commodities, o banco Goldman Sachs previu preços mais altos em 2019, na medida em que acredita ser incontestável manter preços abaixo do suporte do custo, principalmente o do petróleo, do ouro e dos metais de base.

#### 3.3.2 NACIONAL – ANO 2019

#### ATIVIDADE ECONÔMICA E EMPREGO

Com a melhora da atividade econômica e do emprego, é natural que venham a ocorrer pressões de demanda que se reflitam em aumentos gerais dos preços, mas manter a inflação baixa de forma sustentada dependerá, sobretudo da implementação das reformas, principalmente a da Previdência e a tributária.

#### JUROS

Para o mercado financeiro, 2019 irá terminar com a taxa Selic em 7,0% ao ano e em 8,0% ao ano em 2020. No último Relatório Trimestral de Inflação, em relação à política monetária, o BC reiterou a existência de um quadro favorável para a inflação, que joga para um futuro indeterminado eventual início de aperto nos juros. Os riscos altistas decorrem de uma eventual deterioração do cenário externo para economias emergentes.

#### CÂMBIO E SETOR EXTERNO

O último Relatório Focus revelou que o mercado financeiro espera que o dólar esteja cotado a R\$ 3,75 no final de 2019 e a R\$ 3,78 no final de 2020.

Para a Balança Comercial, o Relatório Focus estima um superávit de US\$ 52 bilhões neste ano e de US\$ 49 bilhões em 2020. Para o déficit em transações correntes, a estimativa é de US\$ 26,8 bilhões neste ano e de US\$ 37,35 bilhões no próximo, e finalmente para o Investimento Estrangeiro Direto – IED, a estimativa é de um ingresso de US\$ 80 bilhões em 2019 e de US\$ 82,44 bilhões em 2020.

#### MERCADO DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Conseguir um bom resultado nas aplicações de renda fixa em 2019 deverá exigir que se assumam mais riscos em prazos mais longos. Com a perspectiva da inflação se manter baixa ainda por um bom tempo, a chance de uma elevação da taxa Selic ficou postergada para algum momento no segundo semestre do ano, e mesmo assim, provavelmente, em caráter preventivo.

Com o avanço das reformas, os juros de longo prazo, que tanto já caíram, poderiam cair um pouco mais, mas temos que lembrar que eles estão nas mínimas históricas, sejam os dos títulos prefixados ou dos indexados ao IPCA, como a NTN-B. Em relação ao mundo, as taxas atuais ainda são altas, mas em relação ao passado do Brasil, estão bem baixas. As maiores possibilidades de ganhos parecem estar localizadas nos títulos emitidos por empresas.

#### 3.4 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Índices (Mediana Agregada)	2019	2020
IPCA (%)	3,87	4,00
IGP-M (%)	4,01	4,00
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,70	3,75
Meta Taxa Selic (% a.a.)	6,50	8,00
Investimentos Diretos no País (US\$ bilhões)	79,50	82,52
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	55,00	58,35
PIB (% do crescimento)	2,48	2,58
Produção Industrial (% do crescimento)	3,00	3,00
Balanço Comercial (US\$ Bilhões)	50,50	48,00

Fonte: FGV Economics, Ipeva, Ipece, SCUD, PDV, Statista e FOMEB/7 out/19, p. 02, 15.

Alocação Estratégica para o exercício de 2019

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2019			Estratégia de Alocação - para os próximos cinco exercícios	
			Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Titulos Públicos de emissão do TN - Art. 79, I, "a"	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI 100% titulos TN - Art. 79, I, "b"	100,00%	15,00%	25,00%	70,00%	15,00%	70,00%
	ETF - 100% Titulos Públicos - Art. 79, I, "c"	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Operações Compromissadas - Art. 79, II	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa "Referenciado" - Art. 79, III, Alínea "a"	60,00%	5,00%	10,00%	60,00%	5,00%	60,00%
	ETF - Renda Fixa "Referenciado" - Art. 79, III, Alínea "b"	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Geral - Art. 79, IV, Alínea "a"	40,00%	10,00%	30,00%	40,00%	10,00%	40,00%
	ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 79, IV, Alínea "b"	40,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 79, V, Alínea "b"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	CDB - Certificados de Depósitos Bancários - Art. 79, VI, Alínea "a"	15,00%	0,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%
	Poupança - Art. 79, VI, Alínea "b"	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior Art. 79, VII, "a"	5,00%	2,00%	5,00%	5,00%	2,00%	5,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 79, VII, "b"	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
	FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 79, VII, "c"	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
<b>Limite de Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>32,00%</b>	<b>70,00%</b>	<b>200,00%</b>	<b>32,00%</b>	<b>200,00%</b>	
Renda Variável e Estrut.	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 89, I, "a"	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	ETF - Índice de Ações (c/ no mínimo 50) - Art. 89, I, "b"	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Ações - Geral - Art. 89, II, "a"	20,00%	7,00%	10,00%	20,00%	7,00%	20,00%
	ETF - Demais Índices de Ações - Art. 89, II, "b"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Multimercado - Aberto - Art. 89, III	10,00%	7,00%	10,00%	10,00%	7,00%	10,00%
	FI em Participações - Art. 89, IV, "a"	5,00%	2,00%	3,00%	5,00%	2,00%	5,00%
	FI Imobiliário - Art. 89, IV, "b"	5,00%	2,00%	3,00%	5,00%	2,00%	5,00%
	FI em Ações - Mercado de Acesso - Art. 89, IV, "c"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Limite de Renda Variável - Art. 89, § 1º</b>	<b>30,00%</b>	<b>18,00%</b>	<b>30,00%</b>	<b>40,00%</b>	<b>18,00%</b>	<b>40,00%</b>	
Invest. No Exterior	FI de Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 99A, I	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Constituídos no Brasil - Investimentos no Exterior - Art. 99A, II	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Ações BDR Nível I - Art. 99A, III	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Limite de Investimentos no Exterior - Art. 9º-A</b>	<b>10,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total da Carteira de Investimentos</b>			<b>50,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>240,00%</b>	<b>50,00%</b>	<b>240,00%</b>

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX considera os limites aplicados no resultado do estudo técnico elaborado através das reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial que pode exigir maior flexibilidade nos níveis de liquidez da carteira. Foram observados, também, a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do regime.

Handwritten notes and signatures:

- 0,25%
- 2%
- 5%
- p. 13
- 245

Federção ainda ser mantidas em carteira até a respectiva data de vencimento, as aplicações que apresentaram prazos de resgate, carência ou para conversão de cotas, sendo considerado infringência a estes aportes adicionais.

serão entendidos como desequilíbrio passivo, os limites creditados decorrentes de valorização e desvalorização dos ativos ou qualquer tipo de desequilíbrio que não tenha sido resultado de ação direta do RPPS.

São serão considerados os fundos de investimento que tem por prestador de serviços de gestão e/ou administrador de carteira que atendem cumulativamente as condições:

- a) O administrador ou o gestor dos recursos seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos;
- b) O administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% dos recursos sob sua administração oriundos de RPPS e
- c) O gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de previo credenciamento e que seja considerado pelos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS como de boa qualidade de gestão e ambiente de controle do investimento.

Em atendimento aos requisitos descritos, deverão ser observados apenas quando da aplicação dos recursos.

#### 4.8 VEDAÇÕES

O Comitê de Investimento do XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMR nº 3.322/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

1. Operações comprometidas;
2. Depósitos em Poupança;
3. Aquisição de qualquer ativo final, emitido por Instituições Financeiras com alto risco de crédito;
4. Cotas de Fundos em Participações (FIP) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas;
5. Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente, e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas;

## 5 META ATUARIAL

A Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, que estabelece as Normas Aplicáveis às Avaliações Atuariais dos Regimes Próprio de Previdência Social, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizada nas Avaliações Atuariais seja o menor percentual dentre o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS e a taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo da Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

Também chamada de meta atuarial, é a taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial para trazer a valor presente, todos os compromissos do plano de benefícios para com seus beneficiários na linha do tempo, determinando assim o quanto de patrimônio o Regime Próprio de Previdência Social deveria possuir hoje para manter o equilíbrio atuarial.

Obviamente, esse equilíbrio somente será possível de se obter caso os investimentos sejam remunerados, no mínimo, por essa mesma taxa. Do contrário, ou seja, se a taxa que remunerara os investimentos passe a ser inferior a taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefício se tornará insolvente, comprometendo o pagamento das aposentadorias e pensões em algum momento no futuro.

Considerando a distribuição dos recursos conforme a estratégia alvo utilizada nesta Política de Investimentos, as projeções indicam que a rentabilidade real estimada para o conjunto dos investimentos ao final do ano de 2019 será de **X,XX% (XXXXX por cento)**, somado a inflação de (IPCA ou INPC).

Ainda assim, o XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX avaliará a execução de estudos que evidenciem, no longo prazo, qual a real situação financeiro-atuarial do plano de benefícios previdenciários.

## 6 ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922/2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do XX será própria.

### 6.1 GESTÃO PRÓPRIA

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Fazenda, Secretária de Previdência, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contará com o Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo de análise, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos conjuntamente com a Diretoria Executiva, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o Credenciamento prévio das instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos.

O XX tem ainda a prerrogativa da contratação de empresa de consultoria de valores mobiliários, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.922, de 29 de novembro de 2010 e Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, para a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção e implementação sejam exclusivas do RPPS.

### 6.2 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da Política de Investimento juntamente com a Diretoria Executiva, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho Deliberativo, órgão superior competente para definições estratégicas do RPPS. Essa estrutura garante a demonstração da segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa.

## 7 CONTROLE DE RISCO

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- **Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado as oscilações do mercado financeiro.
- **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- **Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

### 7.1 CONTROLE DO RISCO DE MERCADO

O RPPS adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do Comitê de Investimentos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pre-estabelecidas forem ultrapassadas.

- Segmento de Renda Fixa: 3,56% (três inteiros e cinquenta e seis por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 9,63% (nove inteiros e sessenta e três por cento) do valor alocado neste segmento.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o "benchmark" estabelecido na política de investimentos do fundo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

### 7.2 CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em fundos de investimento que possuem em sua carteira de investimentos ativos de crédito, subordinam-se que estes sejam emitidos por companhias abertas devidamente operacionais.

e registrada; e que sejam de baixo risco em classificação efetuada por agência classificadora de risco, o que estiverem de acordo com a tabela abaixo.

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	RATING MÍNIMO
STANDARD & POORS	Bbb+ (perspectiva estável)
MOODY S	Baa1 (perspectiva estável)
FITCH RATING	Bbb+ (perspectiva estável)
AUSTIN RATING	A (perspectiva estável)
SR RATING	A (perspectiva estável)
LF RATING	A (perspectiva estável)
LIBERUM RATING	A (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente registradas na CVM e autorizadas a operar no Brasil e utilizam o sistema de "rating" para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

### 2.3 CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 365 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de uma análise que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.



8 POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, Secretaria de Previdência Social. À vista da exigência contida no art. 4º, Incisos I, II, III, IV e V, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 14 da Resolução CMN nº 3.922/2010, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

## 9 CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO

Segundo a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e a Resolução CMN nº 3.922/2010, na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, o RPPS, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Para tal credenciamento, deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS e submetido à aprovação do Comitê de Investimentos, no mínimo, quesitos como:

- a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) regularidade fiscal e previdenciária.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do gestor e do administrador do fundo.

Entende-se como instituições financeiras a receber prévio credenciamento as entidades de gestão, administração e custódia de recursos.

### 9.1 PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:

- a) Tradição e Credibilidade da Instituição – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;
- b) Gestão do Risco – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de “compliance”, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco;
- c) Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento;

Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

O Credenciamento se dará por meio eletrônico, no âmbito de controle, inclusive no gerenciamento dos documentos e certidões requisitadas, através do sistema eletrônico utilizado pelo RPPS.

Fica definido também, como critério de documento para credenciamento, o relatório *Due Diligence* da ANBIMA, entendidos como seção um, dois e três.

Encontra-se qualificado a participar do processo seletivo qualquer empresa administradora ou gestora de recursos financeiros dos fundos de investimentos em que figurarem instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e obrigadas a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 3.198/2004 e nº 4.557/2017, respectivamente.

## 10. PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

Os princípios e critérios de precificação para os ativos e os fundos de investimentos que compõe ou que virão a compor a carteira de investimentos do XX, deverão seguir o critério de precificação de marcação a mercado (MaM).

Podem ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos os Títulos Públicos Federais, desde que se cumpra cumulativamente as devidas exigências da Portaria MF nº 577, de 27 de dezembro de 2017, sendo elas: (i) seja observada a sua compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS; (ii) sejam classificados separadamente dos ativos para negociação, ou seja, daqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição; (iii) seja comprovada a intenção e capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento; e (iv) sejam atendidas as normas de atuaria e de contabilidade aplicáveis aos RPPS, inclusive no que se refere a obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos títulos adquiridos, ao impacto nos resultados e aos requisitos e procedimentos, na hipótese de alteração da forma de precificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

### 10.1 METODOLOGIA

#### 10.1.1 MARCAÇÕES

O processo de marcação a mercado consiste em atribuir um preço justo a um determinado ativo ou derivativo, seja pelo preço de mercado, caso haja liquidez, ou seja, na ausência desta, pela melhor estimativa que o preço do ativo teria em uma eventual negociação.

O processo de marcação na curva consiste na contabilização do valor de compra de um determinado título, acrescido da soma da taxa de juros desde que a emissão do papel seja carregada até o seu respectivo vencimento. O valor será atualizado diariamente, sem considerar as oscilações de preço auferidas no mercado.

### 10.2 CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO

#### 10.2.1 TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

Os ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores emprestem dinheiro para o governo, recebendo em troca uma determinada rentabilidade. Possuem diversas características como: liquidez diária, baixo custo, baixíssimo risco de crédito, e a solidez de uma instituição gigante por trás.

Como fonte primária de dados, a curva de títulos em reais, gerada a partir da taxa indicativa divulgada pela ANBIMA e a taxa de juros divulgada pelo Banco Central, encontramos o valor do preço unitário do título público.

##### 10.2.1.1 *Marcação a Mercado*

Através do preço unitário divulgado no extrato do custodiante, multiplicado pela quantidade de títulos públicos detidos pelo regime, obtivemos o valor a mercado do título público na carteira de investimentos. Abaixo segue fórmula:

$$Vm = PU_{Atual} * Qt_{título}$$

Onde:

$Vm$  = valor de mercado

$PU_{Atual}$  = preço unitário atual

$Qt_{títulos}$  = quantidade de títulos em posse do regime

*10.2.1.2 Marcação na Curva*

Como a precificação na curva é dada pela apropriação natural de juros até a data de vencimento do título, as fórmulas variam de acordo com o tipo de papel, sendo:

*Tesouro IPCA – NTN-B*

O Tesouro IPCA – NTN B Principal possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e resgata o valor de face (valor investido somado a rentabilidade) na data de vencimento do título.

É um título pós-fixado cujo rendimento se dá por uma taxa definida mais a variação da taxa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo em um determinado período.

O Valor Nominal Atualizado é calculado através do VNA na data de compra do título e da projeção do IPCA para a data de liquidação, seguindo a equação:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} \cdot (1 + IPCA_{projetado})^{\frac{1}{360}}$$

Onde:

**VNA** = Valor Nominal Atualizado

**VNA<sub>data de compra</sub>** = Valor Nominal Atualizado na data da compra

**IPCA<sub>projetado</sub>** = Inflação projetada para o final do exercício

O rendimento da aplicação é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio do pagamento de juros semestrais e na data de vencimento com resgate do valor de face somado ao último cupom de juros.

*Tesouro SELIC – LFT*

O Tesouro SELIC possui fluxo de pagamento simples pós-fixado pela variação da taxa SELIC.

O valor projetado a ser pago pelo título, e o valor na data base, corrigido pela taxa acumulada da SELIC até o dia de compra, mais uma correção da taxa SELIC meta para dia da liquidação do título. Sendo seu cálculo:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} \cdot (1 + SELIC_{meta})^{\frac{1}{360}}$$

Onde:

**VNA** = Valor Nominal Atualizado

**VNA<sub>data de compra</sub>** = Valor Nominal Atualizado na data da compra

**SELIC<sub>meta</sub>** = Inflação atualizada

*Tesouro Prefixado – LTN*

A LTN é um título prefixado, ou seja, sua rentabilidade é definida no momento da compra, que não faz pagamentos semestrais. A rentabilidade é calculada pela diferença entre o preço de compra do título e seu valor nominal no vencimento, R\$ 1.000,00.

A partir da diferença entre o preço de compra e o de venda, é possível determinar a taxa de rendimento. Essa taxa pode ser calculada de duas formas:

$$\text{Taxa Efetiva no Período} = \left[ \frac{\text{Valor de Venda}}{\text{Valor de Compra}} - 1 \right] \cdot 100$$

Onde:

**Taxa Efetiva no Período** = Taxa negociada no momento da compra

**Valor de Venda** = Valor de negociação do Título Público na data final

**Valor de Compra** = Valor de negociação do Título na aquisição

Ou, tendo como base um ano de 252 dias úteis:

$$\text{Taxa Efetiva no Período} = \left[ \left( \frac{\text{Valor de Venda}}{\text{Valor de Compra}} \right)^{\frac{252}{\text{dias úteis no período}}} - 1 \right] \cdot 100$$

Onde:

**Taxa Efetiva no Período** = Taxa negociada no momento da compra

**Valor de Venda** = valor de negociação do Título Público na data final

**Valor de Compra** = Valor de negociação do Título na aquisição

*Tesouro Prefixado com Juros Semestrais – NTN-F*

Na NTN-F ocorre uma situação semelhante a NTN-B, com pagamentos semestrais de juros só que com a taxa pré-fixada e pagamento do último cupom ocorre no vencimento do título, juntamente com o resgate do valor de face.

A rentabilidade do Tesouro Pre-fixado com Juros Semestrais pode ser calculada segundo a equação:

$$\text{Preço} = \sum_{i=1}^n 1.000 \cdot \left[ \frac{(1,10)^{0,5} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{DU_n}{252}}} \right] + 1.000 \cdot \left[ \frac{1}{(1 + TIR)^{\frac{DU_n}{252}}} \right]$$

Em que  $DU_n$  é o número de dias úteis do período e TIR é a rentabilidade anual do título.

*Tesouro IGPM com Juros Semestrais – NTN-C*

A NTN-C tem funcionamento parecido com NTN-B, com a diferença no indexador, pois utiliza o IGPM ao invés de IPCA. Atualmente, as NTN-C não são ofertadas no Tesouro Direto sendo apenas recomprado pelo Tesouro Nacional.

O VNA desse título pode ser calculado pela equação:

$$\text{VNA} = \text{VNA}_{\text{data de compra}} \cdot (1 + \text{IGPM}_{\text{projetado}})^{\frac{N1}{N2}}$$

Onde N1 representa o número de dias corridos entre data de liquidação e primeiro do mês atual e N2 sendo o número de dias corridos entre o dia primeiro do mês seguinte e o primeiro mês atual

Como metodologia final de apuração para os Títulos Públicos que apresentam o valor nominal atualizado, finaliza-se a apuração nos seguintes passos:

(i) identificação da cotação:

$$\text{Cotação} = \frac{100}{(1 + \text{Taxa})^{\frac{DU}{252}}}$$

Onde:

**Cotação** = e o valor unitário apresentado em um dia

**Taxa** = taxa de negociação ou compra o Título Público Federal

(ii) identificação do preço atual:

$$Preço = VNA * \left[ \frac{Cotação}{100} \right]$$

Onde:

**Preço** = valor unitário do Título Público Federal

**VNA** = Valor Nominal Atualizado

**Cotação** = e o valor unitário apresentado em um dia

### 10.2.2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS

A Instrução CVM 555 dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

O investimento em um fundo de investimento, portanto, confere domínio direto sobre fração ideal do patrimônio dado que cada cotista possui propriedade proporcional dos ativos inerentes à composição de cada fundo, sendo inteiramente responsável pelo ônus ou bônus dessa propriedade.

Além de divulgação pública e oficial, calcula-se o retorno do fundo de investimentos auferindo o rendimento do período, multiplicado pelo valor atual. Abaixo segue fórmula:

$$retorno = (1 + S_{anterior}) * Rend_{fundo}$$

Onde:

Retorno: valor da diferença do montante aportado e o resultado final do período

**S<sub>anterior</sub>** : saldo inicial do investimento

**Rend<sub>fundo</sub>** : rendimento do fundo de investimento em um determinado período (em percentual)

Para auferir o valor aportado no fundo de investimento quanto a sua posição em relação a quantidade de cotas, calcula-se:

$$V_{atual} = V_{cota} * Qt_{cotas}$$

Onde:

**V<sub>atual</sub>** : valor atual do investimento

**V<sub>cota</sub>** : valor da cota no dia

**Qt<sub>cotas</sub>** : quantidade de cotas adquiridas mediante aporte no fundo de investimento

Em caso de fundos de investimento imobiliários (FII), onde consta ao menos uma negociação de compra e venda no mercado secundário através de seu *ticker*, esse será calculado através do valor de mercado divulgado no site do BM&FBOVESPA; caso contrário, será calculado a valor de cota, através de divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

### 10.2.3 TÍTULOS PRIVADOS

Títulos privados são títulos emitidos por empresas privadas visando a captação de recursos.

As operações compromissadas lastreadas em título públicos são operações de compra (venda) com compromisso de revenda (recompra). Na partida da operação são definidas a taxa de remuneração e a data de vencimento da operação. Para as operações compromissadas sem liquidez diária, a marcação a mercado será em acordo com as taxas praticadas pelo

emissor para o prazo do título e, adicionalmente, um *spread* da natureza da operação. Para as operações compromissadas negociadas com liquidez diária, a marcação a mercado será realizada com base na taxa de revenda/recompra na data.

Os certificados de depósito bancário (CDBs) são instrumentos de captação de recursos utilizados por instituições financeiras, os quais pagam ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista, que em geral é flutuante ou pré-fixada, podendo ser emitidos e registrados na CETIP.

Os CDBs pré-fixados são títulos negociados com *ágio/deságio* em relação à curva de juros em reais. A marcação do CDB é realizada descontando o seu valor futuro pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do *spread* definido de acordo com as bandas de taxas referentes ao prazo da operação e rating do emissor.

Os CDBs pós-fixados são títulos atualizados diariamente pelo CDI, ou seja, pela taxa de juros baseada na taxa média dos depósitos interbancários de um dia, calculada e divulgada pela CETIP. Geralmente, o CDI é acrescido de uma taxa ou por percentual *spread* contratado na data de emissão do papel. A marcação do CDB é realizada descontando o seu valor futuro projetado pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do *spread* definido de acordo com as faixas de taxas em vigor.

#### 10.2.4 POUPANÇA

Para método de apuração para os investimentos em depósitos de poupança, calcula-se a taxa referencial usada no dia do depósito. Se a Selic estiver em 8,5% ao ano ou menos do que isso, a poupança irá render 70% da Selic mais a TR. Já no caso de Selic ficar acima de 8,5% ao ano, a rentabilidade é composta pela TR mais 0,5% ao mês.

#### 10.3 FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES

Como os procedimentos de marcação a mercado são diários, como norma e sempre que possível, adotam-se preços e cotações das seguintes fontes:

- Títulos Públicos Federais e debentures: Taxas Indicativas da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ([http://www.anbima.com.br/pt\\_br/index.htm](http://www.anbima.com.br/pt_br/index.htm));
- Cotas de fundos de investimentos: Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br/>);
- Valor Nominal Atualizado: Valor Nominal Atualizado ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (<http://www.anbima.com.br/vna/vna.asp>);
- Ações, opções sobre ações líquidas e termo de ações: BM&FBOVESPA ([http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/)); e
- Certificado de Depósito Bancário – CDB: CETIP (<https://www.cetip.com.br/>).



### 1.1 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o acompanhamento e avaliação da carteira de investimento, dos fundos de investimentos que a contemplam e seus resultados, adicionalmente serão adotadas metodologias e critérios que atendam conjuntamente as normativas expedidas pelos órgãos reguladores.

Como forma de acompanhamento, será admitido a elaboração de relatórios mensais, acompanhados de parecer avaliativo do Comitê de Investimentos, que contemple no mínimo informações sobre a rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimentos.

O relatório mensal será com compilado de informações que compreendem no mínimo:

- a) Editorial sobre o panorama econômico relativo ao mês anterior;
- b) Editorial sobre o panorama econômico relativo ao trimestre anterior;
- c) Relatório de análise inicial da carteira de investimentos;
- d) Relatório de Monitoramento - análise qualitativa da situação da carteira em relação a composição, rentabilidade, enquadramentos, aderência à Política de Investimentos, riscos (mercado, liquidez e crédito); análise quantitativa baseada em dados históricos e ilustrada por comparativos gráficos e; sugestões para otimização da carteira;
- e) Relatório de Acompanhamento dos Fundos de Investimentos - Análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo;
- f) Parecer Técnico de Assembleia de Fundos de Investimentos - resumo e análise de ata contendo parecer opinativo;
- g) Enquadramento das aplicações nos segmentos e artigos da Resolução CMN nº 3.922/10, com alerta em casos de desenquadramento;
- h) Enquadramento das aplicações de acordo com os limites definidos na Política de Investimentos, com alerta em casos de desenquadramento;
- i) Rentabilidade individual e comparativa – benchmarks – das aplicações financeiras de forma a identificar aquelas com desempenho insatisfatório;
- j) Marcação a Mercado da carteira de Títulos Públicos Federais permitindo a visualização de oportunidades de compra e venda;
- k) Concentração dos investimentos por Instituição financeira;
- l) Taxa de administração por fundo de investimento, possibilitando análise comparativa;
- m) Quantidade de cotistas por fundo de investimento que compõe a carteira;
- n) Rentabilidade da carteira após as movimentações mensais, disponibilizada mensalmente e cumulativamente no decorrer do ano em exercício, comparativamente a meta atuarial e
- o) Gráfico comparativo de rentabilidade e riscos dos fundos de investimentos;

O parecer avaliativo emitido pelo Comitê de Investimentos deverá apresentar no mínimo o plano de ação com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos. Com a emissão do parecer avaliativo e elaboração do plano de ação, o mesmo deverá ser aprovado pelo órgão deliberativo.

**1.1 PLANO DE CONTINGÊNCIA**

Tratando-se da grande esfera que envolve o RPPS, no que tange a gestão de valores financeiros proveniente das contribuições dos servidores públicos e do ente federativo, que devem garantir a concessão dos benefícios aos aposentados e pensionistas, se faz necessário a criação de um Plano de Contingência.

Nosso plano atende a abrangência exigida pela Resolução CMN nº 3 922/2010, em seu Art. 4º, inciso VIII, ou seja, entende-se por "contingência" no âmbito desta Política de Investimentos a excessiva exposição a riscos ou potenciais perdas dos recursos. Com a identificação clara das contingências chegamos ao desenvolvimento do plano no processo de investimentos, que abrange não somente a Diretoria Executiva, como o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo.

**1.1.1 EXPOSIÇÃO A RISCO**

Entende-se como exposição a risco os investimentos que direcionam a carteira de investimentos do XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX para o não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos aos RPPS.

O não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos, podem ser classificados como sendo:

- 1 - Desenquadramento da Carteira de Investimentos;
- 2 - Desenquadramento do Fundo de Investimento;
- 3 - Desenquadramento da Política de Investimentos;
- 4 - Movimentações Financeiras não autorizadas;

Caso identificado o não cumprimento, ficam os responsáveis diretos pelos investimentos, devidamente definidos nesta Política de Investimentos, obrigados a:

Contingências	Medidas	Resolução
1 - Desenquadramento da Carteira de Investimentos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
2 - Desenquadramento do Fundo de Investimento	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
3 - Desenquadramento da Política de Investimentos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
4 - Movimentações Financeiras não autorizadas	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para resolução; d) Ações e Medidas, se necessárias, judiciais para a responsabilização dos responsáveis.	Curto, Médio e Longo Prazo

**1.1.2 POTENCIAIS PERDAS DOS RECURSOS**

Entende como potenciais perdas dos recursos os volumes expressivos provenientes de fundos de investimentos diretamente atrelados aos riscos de mercado, crédito e liquidez.

Contingências	Medidas	Resolução
1 - Potenciais perdas de recursos:	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade administrativa, financeira e se for o caso, judicial.	Curto, Médio e Longo Prazo

### 13 CONTROLES INTERNOS

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, risco e na aponta de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM!

A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

As movimentações ocorridas nos fundos de investimentos, sejam de aplicação ou resgate, deverão ser acompanhadas de formulário APR – Autorização de Aplicação e Resgate, segundo o modelo padrão da Secretária de Previdência, sendo prontamente disponibilizados em um prazo de trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate, aos seus segurados e pensionistas.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução, da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua competência:

- I. garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos;
- II. avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;
- III. monitorar o grau de risco dos investimentos;
- IV. observar que a rentabilidade dos recursos estejam de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;
- V. garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política.

São avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos do XX, relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação. Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e de Administração e demais órgãos fiscalizadores.

Ficará ao comitê de investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sistex da BM&F e Cetipnet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as condições de negociação nos meios exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O RPPS deverá ainda, realizar o

acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

Desde a vigência do contrato que o RPPS mantém com a empresa de consultoria de investimentos, esta contemplada a consulta as oportunidades de investimentos a serem realizados no âmbito desta política de investimentos.

É importante ressaltar que, seja qual for a alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco.

É de firma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de rebalancear sua carteira de investimentos. Três virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.

As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

As aplicações em fundos de investimentos considerados "ilíquidos", o responsável legal pelo RPPS, fica condicionado a emitir um estudo evidenciando a compatibilidade do fundo de investimento com as obrigações presentes e futuras do regime.

Antes de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/administrador e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

DISCLAIMER

*Este Relatório não foi elaborado para uso exclusivo do destinatário, não podendo ser reproduzido ou distribuído por este a qualquer pessoa sem expressa autorização da Equus SA. As informações aqui contidas são somente com o objetivo de prover informações e não representam, em nenhuma hipótese, uma oferta de compra e venda ou solicitação de compra e venda de qualquer valor mobiliário ou instrumento financeiro. Esta é apenas uma OPINIÃO que reflete o momento em que foi emitida e são substituíveis em informações corretivas que julgamos relevantes. Não nos responsabilizamos pela utilização das informações prestadas ou qualquer de decisão e consequentes perdas e ganhos. As informações aqui contidas não representam garantia de exatidão das informações prestadas ou qualquer de decisão e consequentes perdas e ganhos, e não devem ser considerados como tal. As opiniões contidas neste Relatório não foram baseadas em documentos e estimativas, estudos, portanto, sujeitos a mudanças. As informações deste Relatório procuram estar em consonância com o regulamento dos produtos mencionados, mas não substituem seus respectivos regulamentos, como regulamentos e prospectos de distribuição. É recomendada a leitura cuidadosa deste prospecto quanto ao regulamento, com especial atenção para as declarações relativas ao objetivo e à política de investimento dos produtos de investimento, bem como de disponibilidade do prospecto e do regulamento que incluem os fatores de risco a que o fundo está exposto. Todas as informações sobre os produtos aqui mencionados, bem como o regulamento e o prospecto podem ser obtidos com o responsável pela distribuição. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e os preços estruturados possuem, além da volatilidade, riscos associados à sua carteira de crédito e participação. Os RPPS devem estar adequados à Portaria nº 519, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações conforme Portarias nº 170, de 25 de Abril de 2012; nº 430, de 03 de Outubro de 2013 e nº 300 de 03 de Julho de 2015, além da Resolução CMF nº 8.022 de 25 de Novembro de 2010 e sua alteração conforme Resolução CMM nº 4.392 de 19 de Dezembro de 2014, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros das Regimes Próprios de Previdência Social, em todas as suas instâncias, Estados, Distrito Federal e Municípios e de outras providências.*